

# A caminho de uma sinfonia de instrumentos

1

Considerações históricas e teológicas dos  
Instrumentos de Comunhão da Comunhão  
Anglicana



Um documento provisório preparado pela Comissão Executiva Inter-Anglicana para a Unidade, Fé e Constituição (IASCUFO)

Documento do Depto Unidade, Fé e Constituição No. 1

Tradução para o Português:

Paulo Ueti, Anglican Communion Office (Anglican Alliance e TEAC - Departamento de Educação Teológica)

Revisão: André Botton (Mestre e Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Contato: [andre.botton@gmail.com](mailto:andre.botton@gmail.com)

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>1. A Eclesiologia da Comunhão Anglicana</b> .....	<b>5</b>
<b>2. A Conferência de Lambeth</b> .....	<b>17</b>
2.1 As origens da Conferência de Lambeth .....	17
2.2 Conciliaridade e Colegialidade .....	18
2.3 A Autoridade da Conferência de Lambeth .....	19
2.4 O formato futuro da Conferência de Lambeth .....	23
2.5 Conclusão das reflexões sobre a Conferência de Lambeth como um dos Instrumentos de Comunhão.....	25
<b>3. O Ministério do Arcebispo de Cantuária</b> .....	<b>26</b>
3.1 Os inícios da Sé de Cantuária .....	26
3.2 O que a Conferência de Lambeth diz sobre o ofício do Arcebispo de Cantuária? .....	28
3.3 Como outros relatórios da Comunhão descreveram o papel do Arcebispo de Cantuária .....	30
3.4 Conclusão das reflexões sobre o ministério do Arcebispo de Cantuária como um Instrumento de Comunhão.....	32
<b>4. O Encontro dos Primazes</b> .....	<b>35</b>
4.1 A ideia da Primazia da Comunhão Anglicana .....	35
4.2 O Encontro de Primazes: origem e objetivos .....	36
4.3 Mudando as funções .....	38
4.4 Dublin 2011: consulta, colaboração e colegialidade.....	40
4.5 Os primazes e o processo de Windsor .....	41
4.6 Conclusão das reflexões sobre o Encontro dos Primazes como um Instrumento de Comunhão.....	42
<b>5. O Conselho Consultivo Anglicano (CCA)</b> .....	<b>43</b>
5.1. Origens e propósito.....	43
5.2 Os primazes e a CCA: instrumentos correlacionados.....	45
5.3 A Reunião dos Primazes e o CCA: autoridade, poder e persuasão.....	46
5.4 As reuniões dos primazes, o CCA e a Unidade Anglicana.....	49
5.5 Instrumentos provisórios para uma Comunhão incompleta .....	50
<b>6 Rumo a uma sinfonia dos instrumentos de comunhão</b> .....	<b>52</b>
6.1 Questões e propostas .....	52
6.2 O conceito de um instrumento.....	52
6.3 Instrumentos, atuação humana e finalidade .....	56
6.4 Instrumentos como dons do Espírito.....	58
6.5 Rumo a uma harmonia mais profunda dos instrumentos.....	62



## Introdução

O objetivo deste documento é contribuir para a unidade e a coesão da Comunhão Anglicana oferecendo uma exposição e uma reavaliação do papel dos quatro Instrumentos de Comunhão na vida comum da Comunhão. Esta Comissão espera que este pequeno caderno de estudo ajude as pessoas Anglicanas e Episcopais do mundo a entender melhor os Instrumentos de Comunhão e então avançar no trabalho de re-focar os mesmos no serviço da nossa vida comum. Nossa esperança é que uma apreciação mais completa da natureza e função dos Instrumentos levará a um maior aprofundamento da nossa comunhão com Deus, a Santíssima Trindade em adoração, e umas/uns com as/os outras/os em companheirismo e com renovada energia para a missão e o serviço num mundo amado por Deus.

Na tarefa da missão e da evangelização, as pessoas Anglicanas são guiadas pelas Cinco Marcas da Missão, amplamente aceitas ao redor do mundo. Estas são estabelecidas e expostas no texto do Pacto da Comunhão Anglicana, sessão 2

([http://www.anglicancommunion.org/media/99914/The\\_Anglican\\_Covenant\\_Portuguese.pdf](http://www.anglicancommunion.org/media/99914/The_Anglican_Covenant_Portuguese.pdf))

- proclamar as Boas Novas do Reino de Deus” e trazer todas as pessoas ao arrependimento e fé;
- ensinar, batizar e nutrir novos crentes”, fazendo discípulas em todas as nações (Mt 28:19) por meio do poder revigorante do Espírito Santo e trazendo-as para o Corpo uno de Cristo cuja fé, chamamento e esperança são um só no Senhor (Ef 4:4-6);
- atender às necessidades humanas com serviço amoroso”, revelando o reino de Deus por meio de um ministério humilde para com as pessoas mais necessitadas (Mc 10:42-45; Mt 18:4; 25:31-45);
- buscar e transformar as estruturas injustas da sociedade” enquanto a Igreja permanece vigilante com Cristo, proclamando tanto o julgamento quanto a salvação às nações do mundo, e manifestando, por meio de nossos atos em nome da retidão de Deus, o poder transfigurador do Espírito;
- trabalhar pela proteção da integridade da criação e pela sustentação e renovação da vida na Terra” como aspectos essenciais da nossa missão em comunhão.

## 1. A Eclesiologia da Comunhão Anglicana

- 1.1 Pode ajudar se começamos com uma questão muito básica que raramente é levantada quando assuntos que provocam divisões dentro da Comunhão Anglicana vem à tona. A questão é: O que é a

Comunhão Anglicana? O que é isso, teologicamente falando, ou mais especificamente, do ponto de vista eclesiológico? Mesmo os relatórios oficiais anglicanos nem sempre tocam nessa questão bastante óbvia<sup>1</sup>. A maneira como nós pensamos e falamos sobre a Comunhão afeta a maneira como agimos em relação a mesma. A incerteza sobre o que é a Comunhão, ou o que ela aspira ser, influencia nossa conversa sobre questões de unidade, autoridade, autonomia e responsabilidade mútua. Também implica um impacto nas nossas relações e diálogos ecumênicos. Antes de olhar para os Instrumentos de Comunhão em si, deveríamos nos perguntar: “Qual a natureza de nossa comunhão como anglicanas/os e episcopais?”; somente então, nós poderemos lidar com a questão: “Que instrumentos são apropriados para tornar real e sustentar essa comunhão?”<sup>2</sup>

1.2 Então, que tipo de “ser” é a Comunhão Anglicana? Seria para estabelecer uma argumentação, uma organização internacional, um tipo de ONG, que tenta fazer algo útil através do mundo e juntar pessoas numa causa comum, mas cuja “*raison d’être*” (razão de ser) é essencialmente prática e pragmática? Ou está mais para uma organização de gente voluntária ou uma associação em que grupos de pessoas podem optar por estar dentro ou estar fora conforme lhes convêm, sujeitos ao oferecimento de algo que combina com seus interesses ou preferências? Ou, é na verdade uma expressão da Igreja Cristã – a Igreja que é a visível manifestação do místico Corpo de Cristo, no qual nós fomos integrados pela ação precedente de Deus, o Espírito Santo, através do poder da palavra e do sacramento e no qual nós somos vinculadas/os juntas/os em uma unidade que é dada por Deus? O testemunho inabalável e consistente dos artigos de fé anglicanos, a Conferência de Lambeth e teólogos anglicanos têm afirmado que as Igrejas da Comunhão Anglicana pertencem à uma, santa, católica e apostólica Igreja de Jesus Cristo. É nesse contexto de testemunho que nós precisamos considerar o que realmente é a Comunhão Anglicana.

1.3 A Comunhão Anglicana é algumas vezes referida como uma “igreja” – sendo derivada disso a expressão “a Igreja Anglicana”. Algumas vezes há uma estratégia jornalística aqui: os meios de comunicação britânicos em particular amam juntar a Igreja da Inglaterra e a Comunhão como um todo para jogar com as tensões e conflitos dentro de ambas as instituições. O fato do Arcebispo de Cantuária ser ao mesmo tempo o Primaz de Toda a Inglaterra e o presidente de alguns dos Instrumentos da Comunhão leva a esse tipo de manobra jornalística.

---

<sup>1</sup> Bruce Kaye, *Conflict and the Practice of Christian Faith: The Anglican Experiment* (Eugene, OR: Cascade Books, 2009; Cambridge: Lutterworth Press, 2011), 122, aponta que nem o Relatório de Windsor (Windsor Report) nem o mais recente Relatório de Virgínia (Virginia Report) lidaram com essa questão.

<sup>2</sup> Veja Michael Poon, ‘The Anglican Communion as Communion of Churches: On the Historic Significance of the Anglican Covenant’, 2010, documento circulado para a Comissão Inter-Anglicana para a Unidade, Fé e Constituição (IASCUFO).

- 1.4 Algumas vezes aquelas/es que falam pelo Anglicanismo também se referem à Comunhão como uma igreja, endossando então a frase jornalística “a Igreja Anglicana”. A tendência de fazer isso é compreensível. Quando há um sentimento forte de densidade eclesial, como há na Conferência de Lambeth, por exemplo, é fácil se deixar levar e usar o termo “igreja”. Há um sentido poderoso de “ser a igreja” juntas/os, e isso não é uma ilusão, visto que a Comunhão Anglicana contém elementos fortes de eclesialidade, de uma personagem semelhante a uma igreja.
- 1.5 Então, a Comunhão Anglicana é ela mesma corretamente descrita como uma igreja? Primeiro, é importante enfatizar que a Comunhão Anglicana tem uma característica eclesial muito forte. No Novo Testamento, a Igreja é descrita com diferentes metáforas: o Corpo vivo de Cristo, o povo escolhido de Deus, a imaculada noiva do Cristo, o templo régio, profético e sacerdotal do Espírito Santo. A Comunhão certamente é parte da Igreja no sentido bíblico.
- 1.6 As pessoas anglicanas se referem à Igreja de quatro maneiras principalmente: como a Igreja universal (a igreja una, santa, católica e apostólica); como a diocese; como a paróquia ou congregação; e como agrupamentos nacionais ou regionais de dioceses. Em um governo ordenado episcopalmente, como o é a Comunhão Anglicana, o bloco fundamental da formação da Igreja é a diocese, considerada a porção do povo de Deus ao qual é confiada o cuidado pastoral da/o bispa/o como seu pastor chefe, trabalhando colegialmente com outros pastores, a paróquia e o clero da catedral. As pessoas fiéis são congregadas por sua/seu bispa/o através do ministério da palavra, os sacramentos e o cuidado pastoral. Simbolicamente, se não sempre literalmente, elas/es são congregadas/os ao redor do bispo. A diocese é o *locus* ou lugar do ministério do episcopado e é algumas vezes referida como, eclesiologicamente falando, a “igreja local”. Naturalmente, uma diocese é composta por aquelas paróquias ou congregações que se encontram nas suas fronteiras geográficas, mas estas não são independentes da diocese na qual elas estão localizadas, mas dependem, para o seu ministério vital da palavra, sacramento e cuidado pastoral, do que a/o bispa/o oferece ou permite e estão sobre a supervisão e jurisdição da/o mesma/o. Então, embora para a maioria das pessoas anglicanas e episcopais a paróquia é o que há de mais perto do lar e mais imediatamente na sua experiência do que da diocese, olhando para isso eclesiologicamente, a diocese é a unidade fundamental do Cristo.
- 1.7 No século XVI, a expressão “igreja particular” foi útil para distinguir o entendimento da Reforma da integridade nacional das igrejas, particularmente da Igreja da Inglaterra, do entendimento católico romano da única santa Igreja Romana a qual estendeu para várias nações e que era em princípio (e agora é em realidade) universal. Para os Reformadores, a Igreja de Roma era uma “igreja particular”

entre outras<sup>3</sup>. A Conferência de Lambeth de 1930 também falou das Igrejas da Comunhão como “igrejas particulares ou nacionais” (Resolução 49)<sup>4</sup>.

- 1.8 Quando as Igrejas da Comunhão Anglicana se juntaram para desenvolver suas atividades essenciais como Igrejas – proclamar as Boas Novas do Evangelho, ensinar a fé, celebrar os sacramentos, exercer o cuidado pastoral e supervisão, engajando-se em consulta conciliar – essas atividades comunicam uma característica eclesial para a sua vida comum. A Comunhão Anglicana tem uma fé comum, enraizada nas Sagradas Escrituras, inscrita nos credos ecumênicos e apoiada pelos artigos de fé históricos. Tem o ministério comum ordenado no ministério tripartite histórico do episcopado, presbiterato e diaconato (embora com algumas ressalvas em relação à permutabilidade do mesmo, porque as Igrejas Anglicanas não estão todas de acordo em relação à participação de mulheres no ministério tripartite). Possui uma vida sacramental comum que envolve hospitalidade eucarística mútua e (sujeita ao nível de ressalvas já mencionadas) permutabilidade da presidência eucarística. Também possui estruturas conciliares para consulta, discernimento da vontade de Deus e para tomadas de decisões sobre sua vida comum. A marca eclesial da Comunhão Anglicana pode ser fortemente afirmada; ela ajuda a determinar o que é a Comunhão Anglicana e dá forma aos seus Instrumentos de Comunhão. Mas, isso faz da Comunhão Anglicana uma “igreja” como tal?
- 1.9 De fato, os vários elementos que contribuem para definir a característica eclesial da Comunhão não são suficientes para fazer da Comunhão Anglicana uma igreja como tal. Estritamente falando, a Comunhão Anglicana não é uma igreja. A expressão “a Igreja Anglicana” é um equívoco. Não há tal entidade “Igreja Anglicana”, a menos que essa expressão se refira à Igreja Anglicana em algum país em particular. A Comunhão Anglicana não é formalmente constituída como uma igreja. Para ser devidamente constituída como igreja é necessário não somente muitas conexões e relações informais que junte todo mundo como uma comunidade, mas também estruturas mais formais. Em particular, uma igreja precisa de uma estrutura unificada de supervisão, que seja parte de uma disciplina comum ou leis as quais são passíveis de serem acionadas para aplicação como um último recurso. Uma igreja também precisa de uma política geral coerente em relação a sua liturgia, seu ensinamento doutrinal e ético e sobre quem será ordenada/o ou não. Embora a Comunhão Anglicana seja sustentada por vários vínculos e conexões (as várias redes, por exemplo, a Rede para Assuntos

---

<sup>3</sup> Artigo 19 do documento “Trinta e Nove Artigos da Religião” menciona as igrejas patriarcais de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma. O Artigo 34 faz referência a ‘toda igreja particular ou igreja nacional’

<sup>4</sup> Roger Coleman (ed.), *Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences 1867–1988* (Toronto: Anglican Book Centre, 1992), 83.

Interreligiosos, Companheirismo entre dioceses, a Aliança Anglicana apoiando o trabalho compartilhado de alívio em emergências e desastres bem como o trabalho de desenvolvimento transformativo, intercâmbios em relação a educação teológica, as agências missionárias e não podemos esquecer a União das Mães), não existem na Comunhão Anglicana mais recursos formais e constitutivos, capazes de sustentar a igreja.

- 1.10 Cada Igreja membro da Comunhão Anglicana tem seu próprio cânone (mesmo havendo uma interconexão entre eles)<sup>5</sup> e sua própria liturgia (embora haja uma raiz comum e um certo modelo a seguir no Livro de Oração Comum, com muita semelhança e familiaridade entre eles)<sup>6</sup>. Mais ainda, cada Igreja é responsável por seu ensinamento doutrinal e ético (embora haja um foco comum na tradição Anglicana e, mais amplamente, Cristã), e cada Igreja decide quais categorias de pessoas serão ordenadas ou não. Uma Igreja necessita manter disciplina a partir de seus cânones, uma disciplina que é aplicada através de suas estruturas de supervisão. Mas a Comunhão Anglicana não possui nenhum tipo de estrutura organizada para garantir que a disciplina seja obedecida, por exemplo, que uma recomendação vinda da Conferência de Lambeth ou do Encontro dos Primazes seja implementada na Comunhão.
- 1.11 Se a Comunhão Anglicana tem claramente uma profunda característica eclesial, mas não é formalmente constituída como uma igreja, o que isso significa então? A resposta não está tão distante. A Comunhão Anglicana atualmente é precisamente o que ela definiu consistentemente de ser, ou seja, uma comunhão ou fraternidade de Igrejas. Ela é constituída de Igrejas que estão em uma relação particular entre elas, uma relação de comunhão eclesial. O que isso significa?
- 1.12 A relação de comunhão entre certas Igrejas deve ser entendida como uma expressão particular de *koinonia*, de partilhar, de ter participação comum e mútua sobre o que é dito no Novo Testamento<sup>7</sup>. Nas Bíblias em inglês *koinonia* é traduzida como fraternidade, comunhão, participação ou partilha. Depois da vinda do Espírito Santo em Pentecostes, as pessoas convertidas “se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à *koinonia*” (At 2.42). São Paulo apresenta o mistério da Santa Ceia quando ele afirma que o cálice de bênção é a *koinonia* no sangue de Cristo e o pão que é partido é a *koinonia* do Corpo de Cristo (1Cor 10.16). Paulo conclui sua Segunda Carta aos Coríntios com uma primitiva bênção trinitária

---

<sup>5</sup> Veja The Principles of Canon Law Common to the Churches of the Anglican Communion (London: Anglican Communion Office, 2008); Norman Doe, Canon Law in the Anglican Communion (Oxford: Oxford University Press, 1998).

<sup>6</sup> Paul Avis, ‘The Book of Common Prayer and Anglicanism: Worship and Belief’, in Stephen Platten and Christopher Woods (eds), Comfortable Words: Polity and Piety and the Book of Common Prayer (London: Canterbury Press, 2011), 133–51.

<sup>7</sup> Veja Anglican–Roman Catholic International Commission (ARCIC), Church as Communion (London: SPCK/CTS, 1990)

que inclui as palavras “a *koinonia* do Espírito Santo” (2Cor 13.13). Ele dá graças a Deus pela prática da *koinonia* das pessoas da comunidade de Filipos no apoio ao seu ministério do Evangelho (Fl 1.5). O autor da Primeira Carta de João escreve para os que receberão essa carta “que vocês também tenham *koinonia* conosco e ... com o Pai e seu Filho Jesus Cristo” (1Jo 1.3). Nos discursos de despedida do Evangelho de João, a imagem o vinho e a linguagem da habitação mútua do Pai e do Filho e dos discípulos neles, como eles permanecem em seu amor e em sua verdade, estão falando a linguagem de *koinonia* (Jo 14-17). A comunhão ou fraternidade que as/os cristãs/ãos gozam em Deus e entre eles no Corpo de Cristo é o dom de Deus e o fruto do trabalho salvífico de Cristo. O documento da Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), “A natureza e a missão da Igreja”, apresenta esse argumento assim:

31. É somente pela virtude do dom da graça de Deus através de Jesus que uma comunhão profunda e duradoura é possível; pela fé e batismo, pessoas participam no mistério da morte, sepultamento e ressurreição de Cristo (cf. Fl 3.10-11). Unidas/os em Cristo, através do Espírito Santo, elas/es são então agregadas/os a todas/os aquelas/es que são “em Cristo”: elas/es pertencem à comunhão – a nova comunidade do Senhor ressurreto. Porque *koinonia* é uma participação em Cristo crucificado e ressuscitado, é também parte da missão da Igreja compartilhar os sofrimentos e esperanças da humanidade.<sup>8</sup>

O relatório continua a descrever as diferentes expressões da comunhão na vida da Igreja:

32. Os sinais visíveis e tangíveis da nova vida de comunhão são expressos no recebimento e partilha da fé dos apóstolos; partir e compartilhar do pão Eucarístico; orando com e uns pelos outros e pelas necessidades do mundo; servindo uns aos outros em amor; participando nas alegrias e tristezas uns dos outros; oferecendo ajuda material; proclamando e testemunhando as boas novas na missão e no trabalho conjunto por justiça e paz. A comunhão da Igreja consiste não de indivíduos independentes, mas de pessoas em comunidade, todas contribuindo para o seu florescimento.

“A Natureza e Missão da Igreja” também sublinha escopo maior e cósmico da comunhão que é o dom de Deus através de Jesus

---

<sup>8</sup> ‘The Nature and Mission of the Church: A Stage on the Way to a Common Statement’, Faith and Order Paper 198, World Council of Churches, December 2005.

Cristo:

33. A Igreja existe para a glória e louvor de Deus, para servir à reconciliação da humanidade, em obediência ao mandamento de Cristo. É a vontade de Deus que a comunhão em Cristo, que se dá na Igreja, deva abraçar toda a criação (cf Ef 1.10).

Quando mapeamos esta fundamental realidade da comunhão (*koinonia*) na relação entre Igrejas, nós vemos que esta comunhão envolve as dimensões de reconhecimento, compromisso e participação: primeiramente, reconhecimento de um pelo outro, tendo como base a fé e a ordem apostólica, como Igrejas irmãs que pertencem à mesma igreja santa, católica e apostólica; segundo, compromisso mútuo de viver e atuar juntas em fraternidade e de fazer isso através de canais conciliares apropriados; e, terceiro, participação mútua irrestrita na vida sacramental da Igreja, ou seja, no batismo comum e na Eucaristia compartilhada celebrada por um ministro ordenado em comum. Essas três dimensões de reconhecimento mútuo como Igrejas, compromisso mútuo e participação mútua sacramental são as componentes chaves da comunhão eclesial.

11

- 1.13 Então, nós podemos dizer que a Comunhão Anglicana é uma expressão particular – moldada pela história, geografia, cultura e política, assim como pela doutrina, oração e louvor – de comunhão. Ela participa na comunhão que é a mais profunda realidade do Deus triuno e da relação de Deus com a humanidade e da relação da humanidade entre ela em Deus. Porque é constituída como uma comunhão de Igrejas, a Comunhão Anglicana modela uma maneira particular de unidade ou comunhão da única Igreja de Jesus Cristo. Ela segue até a unidade escatológica última da Igreja dentro dos planos de Deus. E faz uma significativa contribuição para a busca da unidade da Igreja no cumprimento da oração sacerdotal de Cristo e nas frequentes exortações dos apóstolos para as comunidades do Novo Testamento que elas devem viver em harmonia e unidade umas com as outras. Embora a Comunhão não seja constituída como uma única igreja, ela possui um caráter eclesial. Tudo o que fazemos em nossa vida na Comunhão é feita, por assim dizer, em nome da Igreja de Cristo. Nesta Comissão, nós acreditamos que a Comunhão deveria procurar comportar-se mais como uma igreja. Deveria desejar ser mais parecida com uma igreja. Deveria mover-se na direção de ser uma igreja. Ao mesmo tempo em que a autonomia das Igrejas da Comunhão deve ser mantida, sua interdependência as conclama para atuarem juntas como uma na fraternidade da Igreja de Cristo.
- 1.14 Entretanto, a experiência da mutualidade no Espírito e dos meios da graça que a Comunhão Anglicana tem defendido historicamente e ainda aspira continuar vivendo não pode ser sustentada sem uma estrutura. Uma relação de comunhão requer uma política, um

sistema de governo – uma série de estruturas ou instrumentos constituídos para facilitar uma vida comum na qual a Comunhão livremente pactuou, instrumentos que contribuirão para que a Comunhão leve a cabo suas tarefas comuns. Nós podemos dizer que esta política/sistema de governo é a concreta aplicação de uma eclesiologia para a organização da Igreja; ou, em outra perspectiva, que esta eclesiologia é uma reflexão teológica sobre a vida plena de Igrejas, incluindo suas políticas/regras/sistema de governo. Um sistema de governo é uma preocupação justa da Igreja, que merece aprofundamento e reflexão<sup>9</sup>. Uma reflexão teológica sobre políticas/regras demanda um alto nível de dons espirituais e habilidades. O livro de Richard Hooker “Of the Laws of Ecclesiastical Polity” (Das Leis da Governança Eclesiástica), escrito no final do século XVI, expressa esse chamado tão importante. Mas, que tipo de governança é apropriada para o Anglicanismo na atualidade? Um sistema de governo acordado da Comunhão Anglicana, como tal, pode ser encontrado em sua maioria nos seus “instrumentos de Comunhão”, como é indicado pelo Relatório Windsor e pelo Pacto Anglicano. Então, que tipo de “Instrumentos de Comunhão” precisamos? Podemos sugerir alguns critérios?

- 1.15 Primeiro e mais importante, os instrumentos que estruturam a política da Comunhão Anglicana deveriam ser eclesiológicos e missiologicamente apropriados e efetivos. Os instrumentos precisam estar em acordo com a natureza e a missão da Igreja Cristã, com a sua ordem e mandato divino, e com o seu lugar na missão de Deus. A governança de qualquer igreja ou família de igrejas deveria estar em consonância com uma eclesiologia e missiologia fundamentais. A maneira como as igrejas se estruturam e sua vida comum não podem estar divorciadas da sua missão. De acordo com Dan Hardy, “a governança Anglicana é baseada na confiança humilde no cristianismo anglicano como uma mediação do compromisso do Deus triuno com o mundo”<sup>10</sup>. A maneira como o anglicanismo se estrutura deveria ser capaz de efetivamente servir ao mundo do jeito que Deus o faria.
- 1.16 Segundo, um sistema de governo anglicano deve honrar a constituição dada por Deus para a Igreja de Cristo colocando como central a palavra e os sacramentos. A Igreja Cristã é criada e sustentada pelo poder conjunto da palavra e dos sacramentos bem como pela/o ministra/o que os servem. O ministério da palavra consiste na interpretação, exposição e aplicação das Escrituras à luz dos recursos que a tradição cristã oferece para sustentar o diálogo com a cultura contemporânea e com outras disciplinas relevantes. Reflexão teológica, enraizada nas Escrituras, deveria ser central para nossa vida comum como pessoas de tradição Anglicana. Nossa

<sup>9</sup> As Philip Turner has underlined: ‘Communion, Order, and Dissent’, [www.anglicancommunioninstitute.com/2010/02/communion-order-and-dissent](http://www.anglicancommunioninstitute.com/2010/02/communion-order-and-dissent), accessed 11 November 2015.

<sup>10</sup> Daniel W. Hardy, *Finding the Church* (London: SCM Press, 2001), 158–9

primeira prioridade deve ser submeter-se institucionalmente para sermos moldados pela palavra de Deus ao longo do tempo<sup>11</sup>. Embora nós não possamos concordar em tudo, nós devemos continuar a nos encontrar ao redor das páginas abertas das Escrituras na expectativa de que Deus ainda possui mais luz e verdade para nos surpreender desde sua santa palavra. Mas a característica sacramental da vida comum no Anglicanismo é também algo vital. Nossa comunhão é essencialmente eucarística. A vida conciliar da Igreja Cristã é premissa na comunhão eucarística. Os concílios da Igreja, em todos os níveis, são eventos eucarísticos e a Comunhão Anglicana é uma comunidade eucarística<sup>12</sup>.

- 1.17 Terceiro, os Instrumentos de Comunhão devem ser adaptados à natureza da Comunhão Anglicana como um contingente historicamente específico da expressão da Igreja. Eles devem tomar seriamente a realidade concreta e diversa da Comunhão como ela emergiu na história em todos os lugares do mundo. Há uma experiência específica ou uma séria de experiências do que é ser Anglicana/o. Anglicanas/os acreditam que, não obstante todos os seus erros e falhas, a Comunhão tem sido guiada e dirigida pelo Espírito Santo para dar testemunho da verdade Cristã em palavras e ações e de uma maneira que tenha expressado comunhão entre igrejas e pessoas cristãs. Os instrumentos devem ser realistas e viáveis, enraizados na experiência Anglicana, e não somente um sonho bonito. Mas, eles não devem ser absolutizados: as estruturas conciliares Anglicanas emergiram num certo momento para atender a determinadas necessidades daquele tempo. Elas evoluíram desde então e devem continuar evoluindo para responder aos novos desafios.
- 1.18 Quarto, os Instrumentos devem ser pensados para servir as igrejas. Na medida em que eles fazem seu trabalho, eles precisam reconhecer que a Comunhão Anglicana, apesar de não ser uma igreja ela mesma, é formada por elas. O importante na Comunhão Anglicana é que ela é composta por igrejas em comunhão. Uma igreja não é necessariamente a mesma coisa que uma província. O tempo “província” é algumas vezes conveniente, mas ele pode confundir quando usado demasiadamente, pode desgastar-se. Diferente da palavra “igreja”, “província” não é uma palavra vinda da Bíblia ou um termo teológico, mas foi emprestada do mundo administrativo do Império Romano. Não há nada de errado com isso, e, como “província” sugere uma parte da geografia de algum lugar, ela se adequa à realidade do Anglicanismo. Mas isso também influencia na direção de uma concepção equivocada e prejudicial de que a Comunhão Anglicana é constituída como uma igreja global com várias “filiais” que têm que prestar contas para uma sede geral, por assim dizer. O termo “província”, em qualquer contexto, tem

<sup>11</sup> Ephraim Radner and Philip Turner, *The Fate of Communion: The Agony of Anglicanism and the Future of a Global Church* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2006).

<sup>12</sup> Veja Hardy, *Finding the Church*, 156.

conotações de relação com “um centro”; a província não é o centro, mas algo que existe na periferia na verdade. O uso do termo “província” para as igrejas membros da Comunhão parece ter se esgueirado no discurso Anglicano por um acidente.<sup>13</sup> Na eclesiologia Anglicana, as chamadas “províncias” são entendidas como igrejas. Há exceções e “anomalias”: há províncias que são formadas por mais de uma igreja particular ou nacional; algumas igrejas consistem em mais do que uma província; e algumas Igrejas membros da Comunhão são juridicamente chamadas de “Província de...”. Mesmo assim, o ponto importante aqui é que elas são “igrejas”, com todos os privilégios e responsabilidades de igrejas.

**1.19** Agora, igrejas têm responsabilidades tanto em relação à sua própria missão no seu contexto e com a igreja como um todo, a Igreja Católica. Sua responsabilidade com seu contexto de missão aponta para a verdade na “autonomia” das Igrejas membros da Comunhão, conforme sempre dito; as Igrejas membros da Comunhão são, sem dúvida, igrejas autogovernadas. Sua responsabilidade com a Igreja universal aponta para a verdade da “interdependência” das igrejas membros, algumas vezes lembrada; embora autogovernadas, elas não são nem autossuficientes nem solitárias. De tempos em tempos, essas duas esferas de responsabilidade, a local e a universal, entram em conflito. Quando as igrejas estão em comunhão, vivendo um compromisso mútuo que implica na manutenção da vida sacramental e conciliar, sua responsabilidade de se governar pode levá-las em uma direção e, sua responsabilidade de considerar o bem comum da comunidade universal, pode levá-las em outra direção. Essa tensão é algo que necessita ser trabalhado pelas igrejas membros em diálogo com a comunhão universal. Mas, nesta situação, as igrejas membros necessitam sempre atuar como igrejas, personificação do Corpo de Cristo, e isso significa lembrar o tempo todo que elas são estabelecidas por Deus numa relação de comunhão com outras igrejas dentro da Igreja universal. Adaptando o poeta e deão da Catedral de São Paulo, em Londres, Inglaterra, do século XVII John Donne, nenhuma igreja é “uma ilha, cheia de si mesma”.

**1.20** Quinto, as Igrejas estão unidas por certos vínculos de comunhão. Hoje, nós somos compreensivelmente pessoas que desconfiam da validade dessa imagem de “vínculo”. Somente há alguns anos foi celebrado o bicentenário da abolição da escravatura em algumas partes do mundo. Como igrejas, nós afirmamos a equidade de valor, habilidade e dignidade de todas as pessoas. Nós, com razão, enfatizamos que o evangelho traz libertação e que Cristo nos liberta.

<sup>13</sup> Veja Colin J. Podmore, *Aspects of Anglican Identity* (London: Church House Publishing, 2005), 69–70: ‘Resolução 52 da conferência de 1930 [Lambeth] tem sido clara sobre a distinção entre uma provincial e uma igreja, aprovando “a associação de Dioceses ou Províncias no contexto de uma unidade de uma ‘igreja nacional’. De fato, entretanto, todas as igrejas autônomas Anglicanas formadas depois de 1930 constituem-se em uma provincial, e na medida em que os números crescem, também cresce o erro de referir-se a cada igreja membro da Comunhão Anglicana como “uma província”, mas muitas províncias estão de acordo com isso.

Sim, livre da opressão, livre do pecado, livre da auto-obsessão, mas não livres do cuidado mútuo! São Paulo considerou-se o escravo de Cristo. Martin Luther escreveu em seu tratado de 1520, “Sobre a Liberdade de uma pessoa Cristã”: “Uma pessoa cristã é uma pessoa perfeitamente senhora de si mesma, sujeita a ninguém”<sup>14</sup>. Nós estamos entrelaçadas/os juntas/os em cuidado mútuo no serviço de Cristo. Anglicanas/os têm algumas vezes falado dos “vínculos de afeto”, e quando há afeição genuína entre anglicanas/os (o que é extremamente relevante) isto é causa de grande regozijo. Mas em tempos de tensão, afeição é na verdade uma fraqueza e algo muito humano para sustentar o que nos mantém juntas/os como anglicanas/os. Os vínculos fundamentais são os ‘de comunhão’, e os Instrumentos de Comunhão existem para tornar esses vínculos efetivos e frutíferos.

- 1.21 Sexto, a forma de governo Anglicano e suas estruturas, os laços de comunhão, devem expressar e encarnar a natureza conciliar da Igreja Cristã. Conciliaridade é o mecanismo pelo qual a Igreja faz consultas internas, se escuta, sobre sua vida e sua missão, de maneira representativa e na espera em Deus em oração, especialmente em relação a questões que podem levar a divisões. Já que a Igreja está ligada profundamente a fazer isso continuamente, conciliaridade é uma dimensão essencial do “ser Igreja” e uma expressão de sua comunhão. A Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em Canberra, em 1991, continua definindo o conceito de “fraternidade conciliar”, a partir das discussões já feitas na assembleia de 1975, em Nairóbi, sublinhando a dimensão conciliar da comunhão eclesial:

O objetivo de buscar comunhão plena é atingido quando todas as igrejas são capazes de reconhecer em cada uma delas e nas outras a igreja una, santa, católica e apostólica em sua plenitude. Esta comunhão plena será expressa em nível local e em nível universal através das formas conciliares de vida e ação. Nesta comunhão, igrejas são entrelaçadas em todos os aspectos de suas vidas em todos os níveis confessando a única fé e se engajando em louvor e testemunho, discussões e ações<sup>15</sup>.

Conciliaridade significa que toda a Igreja compartilha a responsabilidade pelo seu bem-estar e está em atividade contínua. Isso requer um estudo paciente e diálogo, dom de empatia, sentido de perspectiva e muito tempo. Radner e Turner apropriadamente descreveram a conciliaridade como um processo de se submeter ao corpo como um todo ao longo do tempo<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Martin Luther's Basic Theological Writings, ed. Timothy Lull (Minneapolis: Fortress Press, 1989), 596.

<sup>15</sup> A sétima Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, 'A Unidade da Igreja: dom e chamado', Canberra, 1991, 2.1.

<sup>16</sup> Radner and Turner, *The Fate of Communion*, 12.

- 1.22 O Concílio de Jerusalém descrito em Atos dos Apóstolos capítulo 15 é normalmente visto como o Primeiro Concílio da Igreja. Os concílios da igreja primitiva nos deram os credos ecumênicos. Depois da separação formal entre as igrejas orientais e do ocidente em 1054, os concílios no ocidente deixaram de representar a Igreja Universal. No fim da Idade Média, a reflexão teológica sobre a característica conciliar da Igreja recebeu um maior ímpeto em reação a um trauma sem precedente, o Grande Cisma do Ocidente. A causa do Cisma foi a disputa pelo papado que começou em 1378, quando havia dois, depois três, que reclamaram o trono papal, e continuou até 1417 quando o Concílio de Constança reunificou o papado. Quando os reformadores do século XVI chamaram e se prepararam para um Concílio Geral, eles estavam em continuidade com a tradição conciliar da Igreja Ocidental. Os Reformadores queriam um concílio livre e representativo para reformar os abusos na Igreja e para lidar com as divisões do seu tempo. A tradição anglicana reconhece que os concílios gerais, embora não infalíveis, têm uma autoridade considerável. As igrejas históricas hoje expressam a natureza essencial conciliar da Igreja de um jeito que, em diferentes níveis, são representativos e constitucionais e que requerem consenso, de acordo com suas regras. Quando cristãs/ãos se juntam em concílio ou sínodo elas/es devem ter em mente que foram chamadas/os pelo Espírito Santo e devem, portanto, em espírito de oração buscar a vontade de Deus para a Igreja de Deus<sup>17</sup>.
- 1.23 Finalmente, nesta “economia conciliar”<sup>18</sup> todas as pessoas cristãs têm que fazer sua parte de acordo com o seu chamado, seja alguém ordenada/o ou não, seja alguém que exerce o episcopado, o presbiterato ou o diaconato. Como Dan Hardy diz, qualquer forma de governo deve “incorporar todas as pessoas de Deus em suas diferentes vocações e situações na missão da Igreja”<sup>19</sup>. O corpo universal compartilha a responsabilidade, mas se junta de maneira representativa para se aconselhar. Dentro do corpo há ministérios particulares. O ministério apostólico é definido pela comunidade apostólica<sup>20</sup>. Pela virtude de seu chamado e ordenação, bispas/os têm uma responsabilidade especial, mas não exclusiva pela fé e constituição, doutrina e liturgia. Mas bispas/os estão obrigadas/os a consultar os fiéis e buscar sua sabedoria e seu consenso (*consensus fidelium*). A unidade do episcopado com o povo possibilita que a conciliaridade seja exercida de maneira pessoal, colegial e comunitária<sup>21</sup>. O elemento pessoal oferece a liderança, o

<sup>17</sup> Veja sobre conciliaridade Paul Avis, *Beyond the Reformation? Authority, Primacy and Unity in the Conciliar Tradition* (London and New York: T&T Clark, 2006); Francis Oakley, *The Conciliarist Tradition: Constitutionalism in the Catholic Church, 1300–1870* (Oxford: Oxford University Press, 2003); Paul Valliere, *Conciliarism: A History of Decision-Making in the Church* (Cambridge: Cambridge University Press 2012); Norman Tanner, *The Church in Council: Conciliar Movements, Religious Practice and the Papacy from Nicaea to Vatican II* (London: I. B. Taurus, 2011).

<sup>18</sup> Veja Radner and Turner, *The Fate of Communion*, 122.

<sup>19</sup> Hardy, *Finding the Church*, 262.

<sup>20</sup> Veja Paul Avis, *A Ministry Shaped by Mission* (London and New York: T&T Clark, 2005).

<sup>21</sup> Veja Batismo, Eucaristia e Ministério (Genebra: Conselho Mundial de Igrejas, 1982), M26.

elemento colegial compartilha responsabilidade e processos de tomada de decisão, a dimensão comunitária facilita a consulta e permite que o consenso seja atingido ou não.

- 1.24 Na vida da Comunhão Anglicana como um todo, um ministério pessoal de liderança é o papel do Arcebispo de Cantuária; a colegialidade das/os bispas/os é expressa pela Conferência de Lambeth e pelos encontros dos Primazes; e, a dimensão comunitária, onde a representação necessariamente deva existir, é exercida pelo Conselho Consultivo Anglicano (CCA). Embora os papéis dos vários Instrumentos de Comunhão tenham evoluído em resposta ao desenvolvimento histórico vivido, eles ainda encarnam os princípios essenciais da ordem eclesiástica. Entretanto, isso não significa naturalmente que eles não devam ser renovados. Na discussão que segue exploraremos as origens, o desenvolvimento e a atual forma dos Instrumentos de Comunhão, começando pela Conferência de Lambeth e depois olhando para o ministério do Arcebispo de Cantuária, e questionando como seus papéis podem tornar-se mais efetivos e frutíferos.

## 2. A Conferência de Lambeth

### 2.1 As origens da Conferência de Lambeth

- 2.1.1 A primeira Conferência de Lambeth, em 1867, aconteceu principalmente em resposta a questões pastorais dentro da Comunhão Anglicana – um termo que já estava sendo usado naquele tempo – e em resposta a um pedido dos bispos do Canadá<sup>22</sup>. Ao redor da metade do século XIX houve um grande movimento, particularmente na Inglaterra, nos Estados Unidos da América e no Canadá em apoio à Igreja que se reunia em Concílio. Sínodos diocesanos e nacionais têm se tornado mais comuns na Comunhão. A Convocação do clero de Cantuária foi revivido em 1853 e a Convocação de York em 1861 (durante o tempo do Arcebispo de York Charles Thomas Longley, que, como Arcebispo de Cantuária, chamaria a primeira Conferência de Lambeth seis anos depois). A publicação dos ensaios e comentários radicais de um simpósio de teologia criou uma necessidade do Conselho nacional dos bispos de responder ao que foi visto naquela época como uma ameaça direta.
- 2.1.2 Bispos de fora da Inglaterra haviam já vindo participar da grande celebração do terceiro Jubileu da Sociedade de Propagação do Evangelho (atual USPG) em Londres em 1852. Mas houve

---

<sup>22</sup> Parece que o termo ‘Comunhão Anglicana’ foi usado primeiramente em 1847: Podmore, *Aspects of Anglican Identity*, chap. 3: ‘The Anglican Communion: Idea, Name and Identity’; Paul Avis, *The Identity of Anglicanism: Essentials of Anglican Ecclesiology* (London and New York: T&T Clark, 2008), 19–21.

questões não resolvidas em relação às igrejas do Império Britânico e Domínios do Estado Britânico: até que ponto as estruturas da Igreja da Inglaterra (uma Igreja estatal) se aplicariam nos territórios autogovernados? A teologia e a prática do Bispo Colenso de Natal (África do Sul) e o cisma acontecido a partir do seu metropolitano, Arcebispo Gray da Cidade do Cabo (África do Sul), precipitou uma enorme crise teológica e constitucional. A controvérsia era sobre duas áreas que ainda são as causas das tensões dentro da Comunhão hoje: a interpretação das Sagradas Escrituras (no caso de Colenso, o Pentateuco) e a sexualidade humana e as práticas em relação ao casamento (incluindo, naquele tempo, poligamia).

- 2.1.3 Os desafios ecumênicos – se essa é a palavra mais apropriada para aqueles tempos – ajudaram também a alinhar o pensamento da gente anglicana. A hierarquia da Igreja Católica Romana, completa com seus territórios diocesanos e catedrais, havia sido restaurada na Inglaterra e no País de Gales em 1850 (a chamada “Agressão Papal”; o Papa se referiu à Igreja da Inglaterra como o “cisma Anglicano”); e em 1854 o Papa Pio IX tinha promulgado o Dogma da Imaculada Conceição e Bendita Virgem Maria<sup>23</sup>.
- 2.1.4 Por várias razões, muitos bispos em diferentes partes da Comunhão Anglicana sentiram a necessidade de se juntar para orientar a Comunhão através destes tempos turbulentos, mas é preciso notar que, mesmo naquele tempo, nem todos os que foram convidados aceitaram o convite, alegando diferentes motivos.

## 2.2 Conciliaridade e Colegialidade

- 2.2.1 Na metade do século XIX, os desafios dos tempos geraram uma redescoberta entre algumas pessoas anglicanas, da natureza conciliar da Igreja Cristã. Como já citamos antes, o coração da tradição conciliar é que o corpo como um todo da Igreja deve tomar responsabilidade pela vida da Igreja e de sua missão. Mais do que isso, de acordo com a tradição conciliar, deve fazer isso de uma maneira que: (a) seja representativa (através dos instrumentos apropriados de representação); (b) seja constitucional (a distribuição, o escopo e os limites da autoridade estejam estabelecidos claramente); (c) tenha o consentimento dos crentes (as decisões são por consenso através dos canais representativos, de tal maneira que todas as pessoas crentes possam participar nas tomadas de decisão). As mais notáveis expressões de conciliaridade têm sido os Concílios Ecumênicos da Igreja, onde o episcopado se junta para tratar de questões pastorais e doutrinárias, e os Sínodos Eclesiais, onde o episcopado se

<sup>23</sup> A. M. G. Stephenson, *The First Lambeth Conference 1867* (London: SPCK, 1967) and, more concisely, A. M. G. Stephenson, *Anglicanism and the Lambeth Conferences* (London: SPCK, 1978). Documentation in R. T. Davidson, *Origin and History of the Lambeth Conferences of 1867 and 1878* (London: SPCK, 1888).

encontra com outras representações do povo (houve também muitos concílios nacionais e regionais). Mas a vida conciliar da Igreja não deve ser limitada aos concílios e sínodos formais. A Conferência de Lambeth pode ser vista como um evento conciliar, numa perspectiva não jurídica. Aqui as/os bispas/os vêm precisamente para estar em comunhão e não para tomar decisões que afetam as igrejas membros.

2.2.2 A Conferência de Lambeth é uma expressão significativa de colegialidade do episcopado a qual forma uma dimensão vital do caráter conciliar da Igreja. Ela pertence ao ministério episcopal que coletivamente deve cuidar da unidade da Igreja e que, quando estão juntas/os, devem ajudar a modelar essa unidade.<sup>24</sup> A Conferência de 1978 tratou da proteção da fé como “uma responsabilidade colegial de todo o episcopado” (resolução 13).<sup>25</sup> Os textos do Pacto da Comunhão Anglicana falam que a Conferência de Lambeth “expressa a colegialidade global do episcopado, e junta as/os bispas/os para o louvor comum, aconselhamento, consulta e encorajamento no seu ministério de guardiãs/ãos da fé e da unidade da Comunhão e capacita os santos para o trabalho de ministras/os (Ef 4:12) e para a missão (3.1.4.II)”.

2.2.3 A colegialidade episcopal é intimamente relacionada com a comunhão da Igreja: a colegialidade não é somente a expressão saliente da “comunhão visível” (frase do Arcebispo Longley: veja 2.3.2), é também um dos elementos constitutivos da comunhão visível. Em outras palavras, a colegialidade manifesta das/os bispas/os não é somente ornamental ou funcional: ela é constitutiva do tecido visível da Igreja. A colegialidade se manifesta de diferentes maneiras, mas como base de todas essas maneiras está a aceitação da responsabilidade pelo bem-estar da Igreja, pela manutenção da sua unidade e a liderança da sua missão. As/os bispas/os não são descoladas/os da porção do povo de Deus dada aos seus cuidados, mas traz à Conferência as necessidades e as preocupações das pessoas crentes que estão sob seu pastoreio. Elas/es permanecem “bispas/os em sínodo”, e isto só é assim se eles podem consultar seu povo antes de saírem de suas dioceses. A colegialidade das/os bispas/os está enraizada nos sacramentos, e justificadas pela unidade das/os mesmos no batismo e na Eucaristia. Colegialidade é Eucaristia em seu coração.

## 2.3 A Autoridade da Conferência de Lambeth

2.3.1 O primeiro encontro formal de bispos Anglicanos foi designado “conferência” pelo Arcebispo de Cantuária, Charles Longley, que a convocou. Ele insistia que o encontro não seria um sínodo ou um

<sup>24</sup> Veja House of Bishops of the Church of England, *Bishops in Communion: Collegiality in the Service of the Koinonia of the Church*, House of Bishops Occasional Paper (London: Church House Publishing, 2000).

<sup>25</sup> Coleman (ed.), *Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences*, 183.

concílio da Igreja. Em suas palavras de abertura, disse: “Nunca foi contemplado que nós deveríamos assumir as funções de um sínodo geral de todas as igrejas em plena comunhão com a Igreja da Inglaterra, e tomar para nós mesmos a elaboração de cânones que deveriam estar obrigando...”. De igual modo, em conexão com a Conferência de 1878, o Arcebispo Tait descartou qualquer tentativa de definir alguma doutrina: “não há intenção qualquer”, ele disse, “em nenhum encontro como esse de que questões de doutrina devam ser submetidas para qualquer interpretação”<sup>26</sup>. Obviamente, aquilo não significou que o episcopado não deveria envolver-se em uma reflexão teológica sistemática ou que seus conselhos deveriam ser desconectados de considerações doutrinárias. O que Longley e Tait estavam procurando proteger era qualquer ideia de que a Conferência poderia assumir um papel de *magisterium* que emitisse decretos de natureza doutrinária, e que Anglicanas/os do mundo inteiro deveriam aceitar. Articular doutrina que já existe e está aceita e definir doutrina não são a mesma coisa.

- 2.3.2 Em sua carta-convite para a primeira Conferência, o Arcebispo Longley convidou os bispos que estavam “em visível comunhão com a Igreja Unida da Inglaterra e Irlanda” (como foi até 1870, quando a Igreja da Irlanda se separou da Igreja da Inglaterra e deixou de ser igreja estatal por um Ato Parlamentar) a estar juntos “para uma comunhão fraterna e para uma conferência” e para uma “consulta entre irmãos”, no contexto de poder celebrar a Santa Comunhão juntos. Longley convidou-os para estarem juntos “sob a minha Presidência”. Enquanto Longley explicava que um “encontro como esse não seria competente para tomar decisões ou encaminhar definições em aspectos de doutrina”, ele foi mais além para dizer que “a celebração em unidade e o conselho comum tenderia profundamente a manter a Unidade e a Fé, pois eles nos comprometem em vínculos retos de paz e caridade fraterna”<sup>27</sup>.
- 2.3.3 Em vários momentos de conflitos dentro da Comunhão aparece a sugestão de que à Conferência de Lambeth deveria ser dada – ou ela mesma deveria dar-se – maiores poderes, que ela deveria ser elevada de uma conferência para, por assim dizer, um sínodo ou um concílio. Então, foi sugerido, que a Conferência deveria ser capaz de tomar decisões no sentido de dirigir os “negócios” da Comunhão, talvez dar regras doutrinárias que seriam mandatórias de cumprimento, talvez intervir nas questões internas das Igrejas membros que estivessem em dificuldades. O que o “Sínodo Provincial” Canadense pediu em 1865 não foi de fato uma conferência, mas um “Concílio Geral” da Comunhão Anglicana, e esta fórmula em sido postergada em subseqüentes ocasiões<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> Davidson, *Origin and History of the Lambeth Conferences of 1867 and 1878*, 18

<sup>27</sup> Stephenson, *The First Lambeth Conference 1867*, 187–8

<sup>28</sup> Davidson, *Origin and History of the Lambeth Conferences of 1867 and 1878*, 33; Stephenson, *Anglicanism and the Lambeth Conferences*, 113–14.

2.3.4 Entretanto, o caráter essencial da Conferência de Lambeth não mudou desde 1867. Permanece um encontro de bispas/os da Comunhão Anglicana (agora incluindo as Igrejas Unidas da Ásia Meridional com as suas várias tradições), que se encontram a partir do convite do Arcebispo de Cantuária e sob sua presidência, precisamente para confraternizar, orar, celebrar, estudar a Bíblia, compartilhar experiências e preocupações e buscar uma perspectiva comum. Mas isso não faz da Conferência um mero supermercado de conversas. Como a constituição Anglicana demonstra, é inerente ao ofício episcopal guiar e liderar o rebanho de Cristo e ensinar e proteger a fé. As/os bispas/os poderiam, se desejassem, permanecer mudas/os em relação ao que acontece no mundo, dialogando somente entre elas/es mesmos. Mas isto seria uma oportunidade perdida, senão um desvio de dever. Então, se as/os bispas/os em Lambeth estão lá para falar à Igreja e ao mundo, será o cumprimento de suas responsabilidades episcopais: elas/es falarão palavras de ensinamento cristão, orientação ou de alerta e darão ânimo para que as pessoas de fé permaneçam no caminho de Cristo mesmo em meio aos desafios do mundo moderno. Neste sentido, as resoluções e, talvez, ainda mais, os relatórios das sessões ou dos comitês ajudarão a criar mais competência teológica para a Comunhão. Embora a Conferência de Lambeth de 2008 foi profundamente frutífera, na avaliação das pessoas que participaram, foi uma exceção para provar a regra, pois não houve uma fala abertamente dirigida à Igreja e ao mundo. A Conferência de Lambeth possui uma responsabilidade de ensino e de orientação. Futuras Conferências são chamadas a reassumir esse papel e as pessoas Anglicanas buscam isso em suas/seus bispas/os.

2.3.5 Mas o que nós queremos dizer quando falamos que as/os bispas/os têm a responsabilidade de ensinar a fé e orientar a Comunhão? Não é simplesmente uma questão de passar resoluções, especialmente se pressões políticas de algum modo acabam reprimindo a espera em Deus. Processar resoluções pode não ser o jeito mais útil pelo qual as/os bispas/os podem cumprir o seu papel na Conferência de Lambeth. O ofício de ensinar é uma delicada e dinâmica ecologia do escutar, aprendizado e admoestação mútuos, expressando uma visão de algo que foi considerado e permitir que isso seja escutado e avaliado pelas pessoas crentes, e então considerar novamente a questão. Isto é como o ciclo de sabedoria funciona. Então, quando as/os bispas/os se juntam na Conferência, o primeiro método de ensino é na verdade escutar, aconselhar-se mutuamente, comprometer-se em auto avaliar-se perante Deus, e submeter-se ao processo de discernimento da verdade através da oração e estudo das Sagradas Escrituras. Onde não se consegue um acordo de perspectivas, as/os bispas/os devem conter-se e manter um sábio silêncio. O ofício do ensino envolve um exercício hermenêutico, voltar à verdade de uma situação através da paciência, interpelação interpessoal e receptividade e então

expressar-se, de um jeito que possa ser recebido num espírito de discernimento pelas pessoas de fé, para que elas possam reagir e oferecer suas respostas no tempo devido. A liderança que as/os bispas/os procuram oferecer à Igreja toma seu lugar num processo contínuo de recepção. Neste jeito profundamente interativo as/os bispas/os guiam a Igreja e a ajudam a manter-se fiel à fé apostólica.

2.3.6 Então, que autoridade os pronunciamentos das Conferências de Lambeth possuem? Como eles devem ser considerados pelas pessoas Anglicanas e pelas Igrejas Anglicanas do mundo? Às vezes é dito que a Conferência de Lambeth “não possui nenhuma autoridade”. Isto é verdade somente se isso significa que a autoridade à qual se refere a frase é uma autoridade de pacto legal. Mas a autoridade jurídica não é a única forma de autoridade. Há diferentes formas autênticas de autoridade e modos de exercê-la<sup>29</sup>. É verdade que a Conferência de Lambeth não possui autoridade jurídica, no sentido de que ela não pode impor suas ideias para dentro das Igrejas membros da Comunhão Anglicana, que permanecem autogovernadas ou autônomas. As resoluções das Conferências precisam ser recebidas, adotadas pelos sínodos nacionais ou gerais das Igrejas da Comunhão, e incorporadas nas suas próprias leis locais (cânones) antes de se tornarem obrigatórias para estas Igrejas. Mas isto não é o final da história, e o fato de que a “autonomia provincial” impõe limites no escopo das resoluções das Conferências de Lambeth é certamente não a coisa mais importante ou mesmo a primeira coisa que precisa ser dita sobre a autoridade da Conferência.<sup>30</sup>

2.3.7 A autoridade da Conferência de Lambeth reside no ofício e no ministério daquelas pessoas que a compõe: as/os bispas/os da Comunhão Anglicana. Sua autoridade não é algo extrínseco que algum órgão externo impõe à Conferência. O episcopal é o ministério mais representativo da Igreja Cristã. Bispas/os expressam em si mesmas/os o que significa ser uma pessoa que é discípula e é batizada, uma/um diácona/o e uma/um presbítera/o. Bispas/os congregam e guiam seu povo através do seu ministério da palavra, sacramento e cuidado pastoral. Bispas/os presidem no ministério da palavra, os sacramentos, e supervisionam na diocese, a porção do povo de Deus confiada a elas/es pela Igreja. Elas/es fazem isso em colegialidade com as/os presbíteras/os e em consulta constante com as pessoas leigas. Como principais pastoras/es, as/os bispas/os representam suas dioceses: elas/es representam a igreja “local” para outras Igrejas “locais”, tanto quando tomam parte na consagração de novas/os bispas/os quanto quando expressam a conciliaridade da Igreja em uma conferência, sínodo ou concílio. Como o [Relatório Virgínia](#) já colocou, a/o bispa/o

---

<sup>29</sup> Paul Avis, *Authority, Leadership and Conflict in the Church* (London: Mowbray, 1992), chap. 2; S. W. Sykes, *Power and Christian Theology* (London and New York: Continuum, 2006); J. P. Mackey, *Power and Christian Ethics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

<sup>30</sup> Veja a discussão em Doe, *Canon Law in the Anglican Communion*, 346–8

“representa a parte do todo e o todo para a parte, a particularidade de cada diocese para a Comunhão como um todo e a Comunhão para cada diocese”<sup>31</sup>. O seu ofício também reflete algo das quatro marcas do Credo da Igreja – unidade, santidade, apostolicidade e catolicidade – já que as/os bispas/os têm uma responsabilidade especial, embora não exclusiva, no bem estar e na saúde da Igreja, em termos de sua unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade, ajudando a Igreja a ser Igreja, e tudo isso é refletido na sua ordenação.<sup>32</sup> O Grupo de Continuação de Windsor (WCG – Windsor Continuation Group) coloca que o fato de que a Conferência de Lambeth é um “corpo composto por aquelas a quem, por sua ordenação ao episcopado, tem sido dada a responsabilidade apostólica de governar significa que as resoluções da Conferência de Lambeth podem ser consideradas como tendo uma autoridade intrínseca que é inerente à reunião dos seus membros”<sup>33</sup>.

2.3.8 Desde a Conferência de Lambeth de 1998, a Comunhão tem testemunhado uma situação que nunca havia acontecido antes de que alguns bispos publicamente tenham repudiado, pelas suas palavras e pelas suas ações, algumas resoluções da Conferência, notadamente aquelas que dizem respeito à sexualidade humana ou à integridade das fronteiras provinciais. Em resposta a estes que repudiaram certas resoluções, é importante reafirmar que a autoridade moral e pastoral do episcopado anglicano deve ser mais do que suficiente para aceitar qualquer crente anglicano e qualquer sínodo provincial da Comunhão. “As resoluções podem nem sempre ser perfeitamente expressadas, elas podem não ter o equilíbrio dos vários elementos acertadamente e elas podem necessitar de ser revisitadas mais tarde, mas elas não devem nunca ser descartadas das nossas mãos”<sup>34</sup>.

## 2.4 O formato futuro da Conferência de Lambeth

2.4.1 A maioria das Conferências de Lambeth têm entendido como seu trabalho passar inúmeras resoluções, mas precisa ser dito que estas têm variado consideravelmente em termos de sua importância. É provável que a lei de rendimentos decrescentes se aplique às resoluções da Conferência. A Conferência pode ser aconselhada a exercitar restrições – uma ordem de auto renúncia –

<sup>31</sup> Virginia Report (London: Anglican Consultative Council, 1997), 6.10

<sup>32</sup> Veja Episcopal Ministry: The Report of the Archbishops’ Group on the Episcopate 1990, GS 944 (London: Church House Publishing, 1990); Women Bishops in the Church of England? A Report of the House of Bishops’ Working Party on Women in the Episcopate (London: Church House Publishing, 2004); Paul Avis, Reshaping Ecumenical Theology: The Church Made Whole? (London and New York: T&T Clark, 2010), chap. 7: ‘Episcopacy: Focus of Unity or Cause of Division?’

<sup>33</sup> The Windsor Continuation Group, ‘Report to the Archbishop of Canterbury’, 2009, in One Love: Report of ACC-14 (London: Anglican Consultative Council, 2010), para. 66.

<sup>34</sup> Paul Avis, *The Identity of Anglicanism*, 61. Veja Owen Chadwick, ‘Introduction’, in Coleman (ed.), Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences.

, em gerar resoluções, para que quando tiver algo de importância para dizer, a mensagem chegue alto e clara, e não se perca num mar de outras palavras. Pelo menos, as resoluções podem ser ordenadas em importância, como o [Relatório Windsor](#) sugeriu, para que as cruciais sejam sublinhadas<sup>35</sup>, Melhor ainda, a Conferência pode decidir que as resoluções não sejam o melhor e mais apropriado veículo para o que eles/as desejam dizer e que “afirmações” ou “cartas pastorais” (como foi o que se tentou na Lambeth 1988) possam ser formas melhores de expressar-se.

2.4.2 Nós podemos imaginar que, quando as tensões estão elevadas na Comunhão, não seria possível para a Conferência de Lambeth fazer nenhuma declaração pública em absoluto. Isso não significa que ela não deveria acontecer. A Conferência de Lambeth que aconteceu em 2008 foi desenhada para não haver resoluções: ela deveria funcionar para um outro objetivo naquela ocasião. Era previsto que tensões fortes persistiriam na Comunhão e no episcopado por um já previsto futuro longo, mas isso não significava que os encontros da Conferência de Lambeth que viriam a acontecer não terão algo a dizer. Deveria ser possível para elas/es identificar áreas nas quais elas/es possam concordar e, portanto, produzir afirmações para a igreja e o mundo sobre esses tópicos, agrupando áreas de violento desacordos e com isso evitar um cisma que seria ao mesmo tempo inconveniente e destrutivo.

2.4.3 No entanto, para que isso seja possível, a Conferência precisa ser inteligentemente planejada e habilmente facilitada, produzindo espaço para que vozes diversas sejam ouvidas, mas evitando polarização e conjugando consenso. As/os bispas/os precisam aceitar um certo grau de mútua responsabilidade nisso. Como o Relatório Virginia aponta, “Bispas/os são responsáveis por suas palavras e ações na Lambeth, diante de Deus e da Igreja como um todo”.<sup>36</sup> A “lealdade para com a fraternidade/sororidade”, a qual as resoluções da Conferência de Lambeth têm falado constantemente, precisa manter-se como chave – e uma pessoa não é livre para ignorar a fraternidade/sororidade.<sup>37</sup>

2.4.4 Várias sugestões foram feitas para que a Conferência de Lambeth fosse mais efetiva na vida da Comunhão. Algumas dessas propostas se fundamentaram na questão financeira, algo que não

<sup>35</sup> The Windsor Report (London: Anglican Communion Office, 2004), 78.

<sup>36</sup> Virginia Report, 6.20.

<sup>37</sup> Encyclical Letter for Lambeth Conference 1920, 14, in *The Six Lambeth Conferences 1867–1920* (London: SPCK, 1920): ‘The Lambeth Conference does not claim to exercise any powers of control. It stands for the far more spiritual and more Christian principle of loyalty to the fellowship. The churches represented in it are indeed independent, but independent with the Christian freedom which recognises the restraint of truth and love. They are not free to ignore the fellowship ... The Conference is a fellowship in the Spirit.’ (A Conferência de Lambeth não reivindica o exercício de nenhum poder de controle. Representa o princípio de lealdade muito mais espiritual e mais cristão à comunhão. As igrejas nela representadas são de fato independentes, mas independentes na liberdade cristã que reconhece a restrição da verdade e do amor. Eles não são livres para ignorar a comunhão ... A Conferência é uma comunhão no Espírito’).

estará abundantemente à disposição num futuro próximo. Por exemplo, a sugestão que a Conferência, do mesmo tamanho das que têm sido feitas nas décadas recentes, deveria se encontrar mais frequentemente do que uma vez em cada década, desejável em teoria, porém financeiramente inviável. De fato, encontrar-se a cada dez anos é provavelmente razoável em termos de planejamento, administração e logística requeridas para a organização de uma Conferência de Lambeth. E, os outros Instrumentos de Comunhão continuam a funcionar durante os intervalos. Considerando que possa haver pressões financeiras, a alternativa ao cancelamento da Conferência seria: uma Conferência que (a) fosse com menos dias, e/ou; (b) não incluísse esposas ou maridos no evento; e/ou (c) fosse limitada a bispos/os diocesanos, como foram as conferências antes de 1998; mas para manter a membresia neste sentido, (d) teria que excluir aquelas/es que, em virtude de sua ordenação, partilham plenamente da responsabilidade episcopal pelas questões de fé e constituição da Igreja.

- 2.4.5 Pelas razões que serão descritas na sessão 3 sobre o ministério do Arcebispo de Cantuária como um dos Instrumentos de Comunhão, nós acreditamos que a Conferência de Lambeth deveria continuar a se encontrar regularmente, que isso deveria acontecer a convite do Arcebispo de Cantuária e que ela deveria acontecer na cátedra histórica do Arcebispo, ou seja dentro da Diocese do Arcebispo e na sua Catedral.<sup>38</sup>

## 2.5 Conclusão das reflexões sobre a Conferência de Lambeth como um dos Instrumentos de Comunhão

- 2.5.1 Nós consideramos brevemente a origem, objetivo e forma da Conferência de Lambeth, que se reúne ao redor do Arcebispo de Cantuária aproximadamente a cada dez anos desde 1867. Não há nada que substitua a Conferência de Lambeth. Ela possui um papel único entre os Instrumentos de Comunhão. Ela incorpora o pastorado coletivo de bispos/os. Como um encontro corporativo das/os ministras/os mais representativas/os da Comunhão Anglicana, ela possui uma considerável autoridade espiritual, moral e pastoral. Inclui dentro dela (Conferência) a maior parte dos outros Instrumentos de Comunhão, e há pontos úteis de intersecção para a comunhão ou harmonia entre os instrumentos: o Arcebispo de Cantuária é, entre seus iguais, o primeiro entre iguais (*primus inter pares*) e os primazes tomam seu lugar entre os bispos também; os membros episcopais do Conselho Consultivo Anglicano (CCA) também são participantes da Conferência de Lambeth. Suas declarações públicas devem ser feitas com mais parcimônia no futuro, mas elas carregam uma grande responsabilidade e devem

<sup>38</sup> The 1978 Lambeth Conference (resolution 13) suggested that a Lambeth Conference ‘could well be held in some other province’. Coleman (ed.), Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences, 183

ser reconhecidas respeitosamente por todas as pessoas anglicanas, bem como acolhidas em espírito orante para reflexão. A Comunhão Anglicana continuará tendo a necessidade de direção e conselho de suas/seus bispas/os agindo colegiadamente: a Conferência de Lambeth provou seu mérito por mais de um século e meio como um instrumento eficaz para o seu objetivo.

### 3. O Ministério do Arcebispo de Cantuária

#### 3.1 Os inícios da Sé de Cantuária

3.1.1 A função de Arcebispo de Cantuária remonta à missão de Agostinho, que foi enviado pelo Papa Gregório I (“O Grande”, Papa 590-604) em 596 d.C para converter os anglo-saxões na Inglaterra. Agostinho, que recebeu seu nome em homenagem ao famoso bispo, Santo Agostinho de Hipona, foi um monge e um abade, mas não bispo. A maior parte do que sabemos sobre a missão de Agostinho vem da História Eclesiástica da Nação Inglesa, escrito pelo Venerável Bede, que foi finalizada no Mosteiro de Jarrow, nordeste da Inglaterra em 731 d.C<sup>39</sup>. Para compilar seu trabalho, Bede teve acesso a documentos que foram preservados em Cantuária desde os dias de Agostinho. Bede descreve a origem da missão de Agostinho assim: “Movido pela inspiração divina ... [Gregório] enviou o servo de Deus, Agostinho, e com ele vários outros monges, que eram tementes a Deus, para pregar a palavra de Deus para a nação inglesa”.<sup>40</sup> Os monges sentiram que estavam em uma aventura para o desconhecido, para uma terra pagã sombria e violenta: eles não esperavam voltar para casa. No seu caminho para a Inglaterra, eles perderam o ânimo, e a comitiva de Agostinho necessitou ser reforçada por Gregório com palavras de autoridade e coragem.

3.1.2 Agostinho não estava indo para um país que não conhecia o Cristianismo, embora Gregório provavelmente tenha pensado que ele estava sendo enviado para uma Inglaterra não cristã.<sup>41</sup> A fé cristã chegou com o exército romano e seus seguidores séculos antes. A expressão celta do cristianismo continuou a florescer no Reino Britânico ocidental. Patrício evangelizou a Irlanda na segunda metade do século V e, de acordo com a tradição, fundou a Sé de Armagh. Davi, que morreu ao redor de 601 d.C, consolidou o cristianismo no País de Gales. Columba velejou pelo Mar Irlandês em 563 d.C e chegou em Iona, onde ele fundou o primeiro dos seus muitos mosteiros. Columba morreu no ano no qual Agostinho chegou na Inglaterra, 597 d.C. Na Inglaterra mesmo as invasões

<sup>39</sup> J. Robert Wright, *A Companion to Bede: A Reader’s Commentary on The Ecclesiastical History of the English People* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2008).

<sup>40</sup> Bede, *The Ecclesiastical History of the English Nation and the Lives of St Cuthbert and the Abbots*, Everyman Library (London: Dent, 1910), 33 (chap. xxiii). For Gregory veja R. A. Markus, *Gregory the Great and his World* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

<sup>41</sup> Robin Fleming, *Britain after Rome* (Harmondsworth: Penguin, 2011), 131

anglo-saxônicas levaram o cristianismo celta para as margens e o substituiu com ritos pagãos.<sup>42</sup>

3.1.3 Agostinho e seu grupo chegaram à cidade de *Durovernum Cantiacorum* (a moderna Cantuária), segurando uma cruz de prata e pintando o Cristo crucificado. Eles solicitaram um encontro com Æthelberht I, o “super-rei” entre os reinos saxões, Æthelberht I teve uma esposa cristã, Bertha (que veio de Paris em 560 d.C), e ele mesmo não antagonizou o cristianismo, mas isso foi muitos anos antes dele se converter e ser batizado, provavelmente na primavera de 601 d.C. Enquanto isso, Agostinho havia sido investido com uma autoridade adicional com sua consagração ao episcopado, provavelmente em Arles em 587-8.<sup>43</sup> Em 601 d.C, Agostinho também recebeu reforços vindos de Roma e um mandato de Gregório para consagrar alguns dos recentes chegados como bispos. O grupo incluía Mellitus, que se tornou bispo de Londres, e Paulinus, que evangelizou o norte da Inglaterra, se tornando Bispo de York em 625 d.C (o bispo desta Sé foi pela primeira vez mencionado já nos anos 314 d.C) e batizando Edwin, Rei da Nortúmbria, dois anos depois. (Em 735 d.C o então bispo de York, Egbert, foi elevado a Arcebispo) Agostinho não seguiu as instruções do Papa Gregório de fazer Londinium (Londres) sua cátedra.

3.1.4 Assim que chegou, Agostinho consagrou uma igreja romana já existente em Cantuária como sua Catedral Igreja de Cristo. Esta primeira catedral foi destruída pelo fogo em 1067 d.C, o ano posterior à Conquista da Normanda. A catedral foi reconstruída pelo Arcebispo Lanfranc, ampliada pelo Arcebispo Anselmo, e consagrada em 1130 d.C. A cripta contém fragmentos romano e saxão, embora seja majoritariamente normanda. Na segunda metade do século XIV, o Arcebispo Sudbury remodelou o coro e a nave. A Catedral de Santo Agostinho, feita de mármore de Purbeck, provavelmente data do século XIII. A Catedral de Cantuária é, ainda, naturalmente, a ‘cátedra’ do arcebispo e por essa razão ela tem um significado especial para anglicanas/os de todo o mundo.

3.1.5 Todo novo Arcebispo de Cantuária jura, sobre o Livro dos Evangelhos, que se acredita ter sido trazido de Roma em 601 d.C, a preservar os direitos ‘desta Catedral e Igreja Metropolitana de Cristo’.

3.1.6 Os Arcebispos de Cantuária são primazes da primeira Sé metropolitana da Igreja da Inglaterra (e, por isso, da Comunhão Anglicana) a ser fundada depois da missão de Santo Agostinho – em

---

<sup>42</sup> Veja H. Mayr-Harting, *The Coming of Christianity to Anglo-Saxon England* (Batsford/Book Club Associates, 1977); Barbara Yorke, *The Conversion of Britain 600–800* (Harlow: Pearson, 2006); Malcolm Lambert, *Christians and Pagans: The Conversion of Britain from Alban to Bede* (New Haven: Yale, 2010).

<sup>43</sup> Margaret Deanesly, *Augustine of Canterbury* (London: Nelson, 1964), 39–40.

outras palavras, como parte da Igreja Ocidental e sob a jurisdição romana até a Reforma. Até agora houve 104 Arcebispos de Cantuária.<sup>44</sup>

3.1.7 No período medieval, uma sucessão de papas reafirmou a primazia da Sé de Cantuária.<sup>45</sup> Em meados do século XIV o Papa em exercício resolveu uma contenda dos Arcebispos de Cantuária e York com a sabedoria de Salomão, decretando que o primeiro era Primaz de toda Inglaterra enquanto o último era Primaz da Inglaterra.

3.1.8 Vários arcebispos de Cantuária foram martirizados, começando com Alphege em 1012, que foi morto enquanto era prisioneiro na Dinamarca porque ele recusou ser resgatado. Thomas Becket foi assassinado em sua catedral em 1170 por cavaleiros que acreditavam estar cumprindo os desejos do Rei Henrique II. O Arcebispo de Sudbury (mais uma vítima política do que mártir) foi morto na Revolta dos Camponeses em 1381. Thomas Cranmer foi queimado durante o reinado da Rainha Católica Romana Maria, em 1556. Em 1645 William Laud foi sentenciado à execução pelo Parlamento, seu rei Carlo I, em 1649.

## 3.2 O que a Conferência de Lambeth diz sobre o ofício do Arcebispo de Cantuária?

3.2.1 Desde que o Arcebispo Longley convocou a primeira Conferência de Lambeth em 1867, várias Conferências, particularmente as mais recentes, produziram declarações formais sobre o ofício do Arcebispo de Cantuária, e nós tratamos das mais significantes agora.

3.2.2 A Conferência de Lambeth de 1897, atendendo ao pedido de que deveria haver mais Conferências no futuro, a cada dez anos, reconheceu que seria responsabilidade do arcebispo convocá-las.<sup>46</sup>

3.2.3 A Conferência de 1930 sublinhou o papel constitutivo do Arcebispo de Cantuária quando definiu a Comunhão Anglicana como 'uma sororidade, dentro da Igreja uma, santa, católica e apostólica, de dioceses, províncias e igrejas regionais que estão 'em comunhão com a Sé de Cantuária'.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> Veja further Edward Carpenter, *Cantuar: The Archbishops in their Office* (London: Cassell, 1971).

<sup>45</sup> Isto está documentado em [Lambert Beauduin], 'The Church of England United not Absorbed', um artigo contribuiu para as Conversações Malines em 1925: veja A. Denaux and J. Dick (eds), *From Malines to ARCIC: The Malines Conversations Commemorated* (Leuven: Leuven University Press, 1997), 35–46.

<sup>46</sup> Lambeth Conference 1897, resolution 2, in Coleman (ed.), *Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences*, 16.

<sup>47</sup> Lambeth Conference 1930, resoluções 48 e 49, in Coleman (ed.), *Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences*, 83–4.

- 3.2.4 Interessante perceber que nos procedimentos da Conferência de 1948, a qual é bem conhecida por suas declarações sobre autoridade, que o ofício do Arcebispo de Cantuária é virtualmente invisível.<sup>48</sup>
- 3.2.5 A Conferência de Lambeth de 1958 recomendou que um 'Organismo Consultivo' fosse estabelecido para ajudar o Arcebispo de Cantuária na preparação do ordinário da subsequente Conferência' e 'considerar questões enviadas ao Arcebispo de Cantuária que necessitavam de sua ajuda e para aconselhá-lo' e, ainda mais, 'lidar com questões referentes à mesma pelo Arcebispo de Cantuária ou por qualquer bispo ou grupo de bispos'. A resolução reconheceu que o arcebispo poderia ser 'presidente ex-offício' deste organismo consultivo e que poderia convocar seus membros para uma reunião.<sup>49</sup>
- 3.2.6 A sessão de relatórios da Conferência de 1968 sobre unidade fez uma declaração modesta sobre o lugar do Arcebispo de Cantuária dentro da Comunhão. Enquanto enfatizada a colegialidade do episcopado, o relatório reconhecia que dentro do colégio dos bispos é necessário haver um presidente. Ela observou que 'esta posição é até o momento exercida pelo ocupante da histórica Sé de Cantuária, que pratica a primazia de honra não de jurisdição'. É ainda acrescentado que esta primazia envolve 'em um jeito muito particular, o cuidado por todas as igrejas que é compartilhado por todos os bispos'.<sup>50</sup>
- 3.2.7 A sessão de relatórios da Conferência de Lambeth de 1978 que trata da Comunhão Anglicana dentro da Igreja Universal, afirma (embora o texto não seja um modelo de objetividade) que a base da Comunhão 'é enraizada pessoalmente na lealdade de cada uma das Igrejas ao Arcebispo de Cantuária que é livremente reconhecido como o foco da unidade'.<sup>51</sup> As resoluções de 1978 descreveram o arcebispo como o 'Presidente' da Conferência de Lambeth e do Conselho Consultivo Anglicano (CCA) e ainda afirmou que fica a prerrogativa do arcebispo de chamar a Conferência de Lambeth, mas recomenda que ele deveria tomar essa decisão em consulta com outros primazes.<sup>52</sup>
- 3.2.8 A Conferência de 1988, urgindo que os primazes deveriam exercer um 'papel colegial' fortalecido, também reconhece que os

---

<sup>48</sup> The Lambeth Conference 1948: The Encyclical Letter from the Bishops; together with Resolutions and Reports (London: SPCK, 1948). The classic statement on authority is in section report IV, III (pp. 84-6).

<sup>49</sup> Lambeth Conference 1958, resoluções 61 (a) e (b), in Coleman (ed.), Resoluções of the Twelve Lambeth Conferences, 134.

<sup>50</sup> The Lambeth Conference 1968 (London: SPCK; New York: Seabury Press, 1968), 137.

<sup>51</sup> The Report of the Lambeth Conference 1978 (London: CIO, 1978), 98.

<sup>52</sup> Ibid., resoluções 12 e 13 (p. 42).

encontros dos primazes foram presididos pelo Arcebispo de Cantuária. Esta Conferência também recomenda que, na escolha de qualquer futuro Arcebispo de Cantuária, a Comissão de Escolha da Coroa [Inglesa](agora Comissão de Nomações da Coroa) deveria 'ser requisitada a envolver os primazes da Comunhão no processo de consulta.<sup>53</sup> Práticas subseqüentes refletem essa preocupação na medida em que é oferecido ao Encontro dos Primazes eleger um entre os seus membros para ser parte da Comissão de Nomações da Coroa, enquanto o Secretário Geral do CCA tem um assento não-votante.<sup>54</sup>

- 3.2.9 Em vista do fracasso terrível das estruturas eclesiais no episódio do genocídio em Ruanda, a Conferência de Lambeth de 1998 levantou a questão sobre em qual circunstâncias o Arcebispo de Cantuária deveria ter 'um ministério extraordinário [sic] de *episcopé* (supervisão pastoral), apoio e reconciliação em relação aos assuntos internos de uma Província além da dele mesmo, pelo bem da manutenção da comunhão dentro da dita Província e entre a dita Província e o resto da Comunhão Anglicana.<sup>55</sup> A Comissão de Lambeth que produziu o Relatório Windsor teve essa questão em sua agenda como parte do seu mandato, mas não lidou diretamente com a mesma. A posição constitucional é que o Arcebispo de Cantuária visita Igrejas membros da Comunhão sob convite.

### 3.3 Como outros relatórios da Comunhão descreveram o papel do Arcebispo de Cantuária

- 3.3.1 Relatório Virgínia (1997) descreveu o ministério do Arcebispo de Cantuária na Comunhão como o de 'pastor a serviço da unidade', oferecendo cuidado e apoio às Igrejas da Comunhão Anglicana sob convite das mesmas. Continua dizendo que 'a interdependência da Comunhão Anglicana se torna mais claramente visível quando o Arcebispo de Cantuária exerce sua primazia como um facilitador da missão, cuidado pastoral e sanção em situações de necessidade para as quais ele é chamado'.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> Lambeth Conference 1988, resolution 18.2 (a) e (b), in *The Truth Shall Make You Free: The Lambeth Conference 1988* (London: Church House Publishing, 1988), 216; Coleman (ed.), *Resoluções of the Twelve Lambeth Conferences*, 207.

<sup>54</sup> Veja o trabalho *Working with the Spirit: A Review of the Crown Appointments Commission and related matters* (London: Church House Publishing, 2001), 57 (para. 3.82); *To Lead and to Serve: The Report of the Review of the See of Canterbury* (London: Church House Publishing, 2001) ('the Hurd Report'), 48. Estes relatórios sugerem que o presidente do CCA deveria ser um membro votante da Comissão de Nomações da Coroa e que o Secretário Geral do ACC deveria também no futuro poder votar.

<sup>55</sup> Lambeth Conference 1998, IV, 13, <http://www.lambethconference.org/resolutions/1998/1998-4-13.cfm>, accessed 11 November 2015.

<sup>56</sup> [Virginia Report](#), 6.2.

- 3.3.2 Vale ressaltar que o Relatório de Virgínia descreve o Arcebispo de Cantuária como ‘Primaz da Comunhão Anglicana’.<sup>57</sup> Este título não havia aparecido desde o Relatório de Virgínia e não é difícil de entender o porquê. Embora o arcebispo de fato tenha o grau de primazia – *primus inter pares*, primeiro entre os iguais – entre as/os bispas/os anglicanas/os em virtude de sua presidência da Conferência de Lambeth, do Encontro dos Primazes e do encontro do CCA, é estranho descrevê-lo como ‘Primaz da Comunhão’, pensando que sua jurisdição se estende por toda a Comunhão, como um arcebispo universal. O arcebispo não possui nenhuma jurisdição primacial fora da Igreja da Inglaterra.<sup>58</sup>
- 3.3.3 O Relatório de Windsor (2004) descreve o Arcebispo de Cantuária, ‘tanto em sua pessoa como em seu ofício’, como o instrumento estruturante e foco de unidade’, observando que ‘a relação com ele se tornou um indicador do que é ser Anglicano’<sup>59</sup>. Portanto, parece um pouco inconsistente, quando algumas páginas depois, o relatório sugere que o Arcebispo de Cantuária não deveria ser contado entre os Instrumentos de Unidade, mas deveria ser visto como ‘o foco da unidade’ -, mas, então, na mesma página novamente ele é colocado entre os Instrumentos de Unidade<sup>60</sup>.
- 3.3.4 O Relatório de Windsor procurou fortalecer o papel do arcebispo. Ele não deveria ser considerado como ‘figurativo’, mas como o ‘foco central de ambos os aspectos da unidade e missão dentro da Comunhão’. Ele tem um significado muito importante do ‘ensino’, e Anglicanas/os deverão ser capazes de olhar para ele ‘para articular o pensamento anglicano especialmente em questões controversas’. Ele deveria ser capaz ‘de falar diretamente em relação a qualquer situação provincial em nome da Comunhão quando isto seja considerado aconselhável’. Ele deveria ter completa liberdade de escolha sobre quando convocar a Conferência de Lambeth ou o Encontro dos Primazes, juntos, e escolha pessoal sobre quem convidar e sob quais termos. Entretanto, o relatório segue contra qualquer sugestão que dê ao arcebispo algum tipo de poder arbitrário, recomendando que ele deveria ter o benefício de ser aconselhado por um Conselho Consultor no exercício desse poder discricionário.<sup>61</sup>
- 3.3.5 O relatório de Windsor Continuation Group WCG (2009) reposiciona o Arcebispo firmemente de volta entre os Instrumentos de Comunhão. Ele sublinha o papel fundamental exercido pelo Arcebispo na Conferência de Lambeth de 2008 evidenciado pelos

<sup>57</sup> Ibid., 6.6.

<sup>58</sup> Sobre a autoridade primacial do Arcebispo de Cantuária e questões relacionadas, veja Podmore, *Aspects of Anglican Identity*, chap. 5.

<sup>59</sup> Windsor Report, para. 99 (p. 55).

<sup>60</sup> Ibid., paras 105, 108 (p. 58). Não está totalmente claro o que é implícito quando, in Appendix 1 (pp. 79–80), o Escritório Global da Comunhão Anglicana é discutido no contexto dos Instrumentos de Comunhão.

<sup>61</sup> Ibid., parag 109–12 (pp. 59–60).

três discursos presidenciais, que ‘sublinhou até onde há espaço para o ministério de uma primazia pessoal em nível global da Comunhão’. O relatório urge, entretanto, que este ministério deveria ser exercido de maneira pessoal, colegial e comunitária, como proposto pelo relatório da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), no seu documento Batismo, Eucaristia e Ministério (1982) para todos os ministérios ordenados.<sup>62</sup> O modo colegial do ministério do Arcebispo é encontrado em relação às/aos bispas/os através da Conferência de Lambeth e o Encontro dos Primazes; o contexto comunitário é experimentado em nível global através do CCA. O relatório de WCG faz algumas sugestões sobre como o Arcebispo poderia ser assessorado no desenvolvimento deste papel.<sup>63</sup>

- 3.3.6 O texto do Pacto Anglicano<sup>64</sup> contém uma declaração descritiva sobre o papel concedido ao Arcebispo dentro da Comunhão:

Nós estamos de acordo que o Arcebispo de Cantuária, como bispo da Sé de Cantuária com a qual Anglicanas/os têm historicamente estado em comunhão, a primazia de honra e respeito entre o colégio das/os bispas/os da Comunhão Anglicana como o primeiro entre os iguais (*primus inter pares*). Como um foco e instrumento de unidade, o Arcebispo convoca e trabalho com a Conferência de Lambeth e com o Encontro dos Primazes, e preside o Conselho Consultivo Anglicano (3.1.4:l)

- 3.3.7 Vale a pena notar que (1) nem esta declaração ou os arranjos propostos pelo grupo responsável pelos compromissos do Pacto define qualquer papel executivo para o Arcebispado de Cantuária; mas igualmente (2) o Pacto não antevê um papel puramente simbólico para o Arcebispo; o arcebispo não é somente um “foco” mas também um “instrumento” de unidade: isto é para dar suporte à linguagem de ‘instrumento’.

### 3.4 Conclusão das reflexões sobre o ministério do Arcebispo de Cantuária como um Instrumento de Comunhão

- 3.4.1 Para entender o Anglicanismo, nós devemos ter uma boa compreensão sobre o papel particular do Arcebispo de Cantuária. Cantuária em si é importante pelo fato de ser historicamente a primeira Sé metropolitana (a cátedra do Arcebispo que possui autoridade primacial) da Igreja da Inglaterra e, portanto – por

<sup>62</sup> [Baptism, Eucharist and Ministry](#), M26. [Em Português](#).

<sup>63</sup> [The Windsor Continuation Group](#), ‘Report to the Archbishop of Canterbury’, parag 62–4 (p. 13).

<sup>64</sup> Pacto Anglicano em Português.

[https://www.anglicancommunion.org/media/100790/st\\_andrews\\_documents\\_2008\\_portuguese.pdf](https://www.anglicancommunion.org/media/100790/st_andrews_documents_2008_portuguese.pdf)

razões historicamente originais e, Anglicanas/os tomam a história seriamente –, da Comunhão Anglicana.<sup>65</sup> É significativo que o Arcebispo de Cantuária é também um bispo diocesano, o pastor de uma 'igreja local'. Está muito claro a partir da história do último século e meio que se passou desde a primeira Conferência de Lambeth, e a partir das declarações formais que a Comunhão Anglicana tem produzido desde então, que o Arcebispo de Cantuária tem tido e continua a ter um papel estruturante em relação à identidade, unidade e coerência da Comunhão Anglicana – todas essas questões que são atualmente de grande importância e urgência para o mundo Anglicano. Isto coloca o papel do Arcebispo na Comunhão em perspectiva quando nós recordamos que o Arcebispo é lembrado nas orações em todas as celebrações litúrgicas no mundo inteiro.

- 3.4.2 Foi o Arcebispo de Cantuária quem, em 1867, iniciou a Conferência de Lambeth em meio a dúvidas e oposições, e é o Arcebispo de Cantuária quem continua a convidar as/os bispas/os da Comunhão para participar da mesma. De tempos em tempos, o Arcebispo pode tomar decisões por sua conta própria, no interesse da unidade, harmonia e coerência da Comunhão Anglicana, sobre quem ele convida e quem ele decide não convidar. Ele preside os procedimentos da Conferência e dirige suas deliberações. Isto é para dizer que o Arcebispo é o organizador, anfitrião e o Presidente da Conferência de Lambeth, que muitas/os podem considerar o mais significativo dos Instrumentos de Comunhão. Há, dessa forma, uma conexão íntima entre o ministério do Arcebispo e a Conferência de Lambeth de todas/os as/os bispas/os. O Arcebispo também organiza o Encontro dos Primazes e o preside. Constitucionalmente, o Arcebispo é também presidente do Conselho Consultivo Anglicano.
- 3.4.3 O ofício do Arcebispo de Cantuária não é somente constitutivo da maneira pela qual a Comunhão Anglicana se ordena, como uma unidade mundial de Igrejas autônomas, mas interdependentes, mas também é um critério de membresia na Comunhão, pois não é possível para uma Igreja ser um membro da Comunhão Anglicana sem estar em comunhão com o Arcebispo como bispo da Sé de Cantuária. Através da comunhão com o Arcebispo de Cantuária, as Igrejas Anglicanas se conectam em comunhão com a Igreja da Inglaterra e umas com as outras, pois as Igrejas que estão em Comunhão com a Comunhão Anglicana estão também em comunhão com a Sé de Cantuária. 'O teste de fogo de membresia à Comunhão Anglicana é estar em comunhão com a Sé de Cantuária. Obviamente, isto não pode ser a única condição para tal membresia. Uma fé e ordem comuns; uma tradição compartilhada de vida litúrgica, teologia e espiritualidade; e participação nos [outros] Instrumentos de Comunhão estão

<sup>65</sup> Avis, *The Identity of Anglicanism*, 61–2

também envolvidos. Mas é o critério último'.<sup>66</sup>

- 3.4.4 A comunhão que Anglicanas/os recebem graciosamente de Deus é tanto conciliar quanto sacramental em sua natureza: de fato, os dois aspectos estão interligados na eclesiologia Anglicana (e em qualquer outra tradicionalmente católica). É como um corpo eucarístico que as/os bispas/os Anglicanos se juntam na Conferência de Lambeth para aconselhar-se na medida em que eles se congregam ao redor de uma página aberta das Escrituras. A conexão íntima entre as dimensões conciliar e sacramental da Comunhão está manifestada particularmente quando o Arcebispo preside e frequentemente prega na Eucaristia de abertura da Conferência de Lambeth na Catedral de Cantuária, as/os bispas/os sendo, como foram antes, congregadas/os ao redor do trono de Santo Agostinho. Mas esta celebração de abertura da Eucaristia também deixa claro que o Arcebispo se senta no meio do colégio Anglicano de bispas/os e exercita suas responsabilidades únicas em consulta e colaboração com seus pares. À exceção dos encontros do CCA, o Arcebispo se relaciona com o clero e laicato anglicano ao redor do mundo através do episcopado, não diretamente. Mas no CCA a natureza comunitária natural do ministério do Arcebispo se torna clara; ela é exercida em consulta e colaboração com bispas/os, clero e leigas/os da Comunhão que estão presentes representativamente e simbolicamente no CCA.
- 3.4.5 Nesta sessão, nós temos usado o pronome masculino para o Arcebispo de Cantuária. Ele é atualmente aplicável, pois teria sido um pouco artificial dizer 'ele ou ela' todas as vezes; mas pode não ser, e provavelmente não será, sempre o caso de que o Arcebispo seja do sexo masculino.
- 3.4.6 O ministério do Arcebispo de Cantuária depende enormemente das qualidades espirituais, morais e teológicas da pessoa que está nessa posição: isto é inegável. Mas essencialmente é o ofício que importa, e o ofício é maior do que qualquer pessoa que o ocupa. O ofício do Arcebispo tem sido moldado pela história, lutas e conflitos. Ele tem sido moldado pela oração e intelectualidade, a liderança e o testemunho, até pelo martírio em alguns casos.
- 3.4.7 Quem quer que seja o ocupante desse ofício no momento, o ministério do Arcebispo de Cantuária está subordinado à Comunhão Anglicana e à Igreja Universal como um paradigma de supervisão episcopal que é pessoal e pastoral e que orienta, lidera e desafia. Este ministério é manifestadamente católico e reformado, remontando como ele opera para além da Reforma da missão de Santo Agostinho de Cantuária, nos inícios da Idade Média, mas reformulado no tempo da Reforma pela autoridade do Evangelho e pelos imperativos reformadores da Palavra, Sacramento e cuidado pastoral. É um ministério que não é

---

<sup>66</sup> Ibid., 62.

hierárquico ou que não responde a ninguém, mas constitucional e acessivo e que sabe seus limites, mas também é um que está consciente do seu potencial para o bem em termos de unidade e missão da Igreja de Jesus Cristo.

## 4. O Encontro dos Primazes

### 4.1 A ideia da Primazia da Comunhão Anglicana

- 4.1.1 Um Primaz Anglicano<sup>67</sup> é o bispo ou arcebispo encarregado de uma das províncias da Comunhão Anglicana<sup>68</sup>. Algumas dessas províncias são províncias eclesiásticas independentes (como a Igreja da Província da África Ocidental), enquanto outras são igrejas nacionais que compõem mais de uma província eclesiástica (como a Igreja da Inglaterra). Desde 1978, os primazes têm se encontrado regularmente por convite do Arcebispo de Cantuária, que é o *primus inter pares* dos primazes. Mesmo que o encontro não tenha jurisdição legal, ele atua como um dos Instrumentos de Comunhão entre as províncias autônomas da Comunhão.
- 4.1.2 Nas províncias independentes, o primaz é o arcebispo metropolitano da província. Nas igrejas nacionais compostas por várias províncias eclesiásticas, o primaz será o mais 'sênior' das/os bispas/os metropolitanas/os das várias províncias, e pode também ser um arcebispo metropolitano (por exemplo, o Primaz da Igreja Anglicana da Austrália). Em outras igrejas que não têm uma tradição de arcebispado, o primaz é um bispo chamado 'Primus' (como no caso da Igreja Episcopal da Escócia), 'Bispa/o Presidente', 'Bispa/o Primaz' ou simplesmente 'Primaz'. No caso da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, que é composta por várias províncias eclesiásticas, há um Bispo Presidente que é o primaz; mas as províncias individuais são lideradas por bispos metropolitanos.
- 4.1.3 Os Moderadores das Igrejas Unidas da Índia do Norte e do Sul, que são unidas originalmente com igrejas não anglicanas, e que são parte da Comunhão Anglicana, embora não sendo primazes propriamente ditos, participam no Encontro dos Primazes.
- 4.1.4 Um primaz anglicano pode estar vinculado a uma Sé fixa (por exemplo, o Arcebispo de Cantuária é Primaz de Toda-Inglaterra). Ele ou ela podem ser escolhidas/os entre os metropolitanos da região ou bispas/os diocesanos e ficar com sua Sé (como

---

<sup>67</sup> A discussão que segue sobre o Encontro dos Primazes e o Conselho Consultivo Anglicano nas sessões 4 e 5 deste documento foi baseada em diversos outros documentos, incluindo uma pesquisa importante chamada 'The Anglican Communion Instruments of Unity', Australian General Synod Office, 2000.

<sup>68</sup> O conceito de primaz é desenvolvido de maneira útil e acurada em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primaz>

acontece, por exemplo, com o Primaz da Igreja Anglicana da Austrália), ou ele ou ela pode ter nenhuma Sé (como no caso da Igreja Anglicana do Canadá). Os Primazes são geralmente escolhidos por eleição (ou por um Sínodo que consiste no encontro oficial do laicato, clero e bispos/os ou pela Câmara Episcopal). Em algumas instâncias, a primazia é alcançada tendo como base a “senioridade” entre o colégio episcopal. Na Igreja da Inglaterra, o primaz, assim como todos os bispos/os, é nomeado por eleição pelo Colégio de Cânones da Catedral pela soberania britânica, na sua capacidade como Supremo Governante da Igreja Oficial, aconselhado pela Comissão de Nominação da Coroa.

- 4.1.5 Na Igreja da Inglaterra e na Igreja da Irlanda, o bispo metropolitano da segunda província tem, desde os tempos medievais, também sido conferido o título de Primaz. Na Inglaterra, o Arcebispo de Cantuária é o Primaz de Toda-Inglaterra e o Arcebispo de York é o Primaz da Inglaterra. Na Irlanda, os Bispos das Igrejas Anglicana e Romana de Armagh são titulados Primazes de Toda-Irlanda; e os Arcebispos Anglicanos e Romanos de Dublin são tidos como Primazes da Irlanda. Como essas duas posições pré-datam a divisão da Irlanda em duas em 1921, elas estão relacionadas com toda a Ilha da Irlanda. Os primazes ‘juniors’ dessas Igrejas normalmente não participam no Encontro dos Primazes.
- 4.1.6 O papel e ideia de um primaz tem mudado através do tempo, e por isso, o ofício é uma criatura de diferentes contextos e culturas. O que é um primaz; como o ofício de primaz é visto; como ele funciona, e a autoridade associada a ele varia dentro da Comunhão Anglicana. Primazes estão primeiramente focados nas questões provinciais e operam de uma maneira representativa em nome de suas províncias dentro da Comunhão. Primazes são um sinal de comunhão compartilhada através das fronteiras provinciais, e como tal eles circulam entre ser uma expressão mais local ou para além da fé e vida anglicana. Sem muita surpresa, especialmente porque os primazes funcionam dessa maneira, o ofício de primaz também se tornará, de tempos em tempos, um sinal de tensões dentro da Comunhão. Isto aponta para a inevitável natureza provisória do ofício de primaz como um sinal de comunhão eclesial.

## 4.2 O Encontro de Primazes: origem e objetivos

- 4.2.1 O Encontro dos primazes foi estabelecido em resposta à resolução 12 da Conferência de Lambeth de 1978, ‘conferências anglicanas, conselhos e encontros’:

A Conferência requer que o Arcebispo de Cantuária, como Presidente da Conferência de Lambeth e Presidente do Conselho Consultivo Anglicano, com todos os primazes da Comunhão Anglicana, dentro

de um ano inicie a consideração de uma maneira para conectar encontros, conferências e conselhos internacionais dentro da Comunhão Anglicana para que a mesma possa servir melhor a Deus dentro do contexto de uma Igreja una, santa, católica e apostólica.<sup>69</sup>

4.2.2 Houve anteriormente encontros de primazes. No início do século até 1968, houve um Organismo Consultivo de Lambeth, o qual foi substituído pelo atual CCA. A resolução de Lambeth em 1958 mudou sua constituição. Isto afetou a lista de membros, pois os Arcebispos de Cantuária e York se tornaram primazes de igrejas nacionais ou provinciais, e outros membros nominados pelo Arcebispo de Cantuária para representar outras dioceses sob sua jurisdição. Este organismo não se limitou aos primazes, mas, em certo sentido, foi o precursor do Encontro dos Primazes.

4.2.3 O Encontro dos Primazes começou a acontecer em 1979. Como a Conferência de Lambeth, ele é um organismo consultivo, não possui um papel de autoridade sobre nada ou ninguém. Nunca teve uma constituição oficial, embora um *memorandum* foi escrito pelo Bispo John Howe a fim de colaborar para que o Arcebispo de Cantuária estabelecesse as bases do seu funcionamento:

O objetivo do Encontro dos Primazes seria:

- i. Deliberar sobre a matéria sobre a qual o Arcebispo de Cantuária possa desejar consultar os Primazes, incluindo questões que se referem à Conferência de Lambeth.
- ii. Ter em mente os termos de referência do Conselho Consultivo Anglicano:
  - a. Encaminhar para o Conselho Consultivo Anglicano o que for de sua competência;
  - b. Deliberar sobre a implementação de políticas e propostas vindas do Conselho Consultivo Anglicano;
- iii. Compartilhar informações e experiência.<sup>70</sup>

4.2.4 O propósito do Encontro dos Primazes possui dois aspectos interligados: melhorar a coesão, entendimento e colaboração dentro da família; e compartilhar informações entre as Igrejas e, não menos importante, acompanhar a implementação das recomendações feitas pelo CCA sob os termos de referência de

<sup>69</sup> Coleman (ed.), *Resolutions of the Twelve Lambeth Conferences*, 83.

<sup>70</sup> John Howe, *Highways & Hedges: Anglicanism and the Universal Church* (Toronto, Ontario: Anglican Book Centre, 1985), 93.

sua constituição. O encontro também pode considerar procedimentos que possam ser seguidos pela Comunhão Anglicana.<sup>71</sup>

### 4.3 Mudando as funções

4.3.1 O papel dos Encontros dos Primazes evoluiu através dos anos. A Conferência de Lambeth resolveu que “urge que algum encorajamento seja dado para desenvolver um papel colegial para o Encontro dos Primazes sob a presidência do Arcebispo de Cantuária, para que então o Encontro dos Primazes possa ser capaz de exercer maior responsabilidade em oferecer orientação doutrinal, moral e pastoral.”<sup>72</sup>

4.3.2 Os documentos de trabalho para a Conferência de Lambeth de 1988 afirmam:

O chamado para um regular Encontro de Primazes foi endossado pela Conferência de Lambeth de 1978. Isto reflete a necessidade de mecanismos mais eficazes para o exercício da colegialidade episcopal através da consulta dos Primazes. Esses encontros, em intervalos regulares, são um ‘encontro de ideias’ através do qual preocupações individuais e provinciais possam ser apreciados em discussões coletivas entre líderes reconhecidos que buscarão chegar a um consenso.<sup>73</sup>

4.3.3 Tem havido um movimento nos últimos anos para que o Encontro dos Primazes possa desenvolver um ‘papel mais colegial’ do que foi originalmente pensado. No Encontro dos Primazes de 1997 em Jerusalém foi dito:

O Encontro evoluiu desde a Conferência de Lambeth de 1978 e os encontros têm tomado diferentes formas. O Arcebispo Eames sublinhou que o Relatório de Virgínia entende o Encontro de Primazes como sendo, em primeiro lugar, colegial. Isto foi ecoado por outros Primazes.<sup>74</sup>

4.3.4 O foco colegial foi reafirmado na Conferência de Lambeth de 1998 através da Resolução III.6. Esta resolução também incluía a recomendação para que o Encontro de Primazes ocorresse mais regularmente do que o CCA. Os Encontros de Primazes têm

---

<sup>71</sup> John Howe, *Highways and Hedges: A Study of Developments in the Anglican Communion 1958–1982* (London: ACC, 1985), 83, 84.

<sup>72</sup> Lambeth Conference 1988, resolution 18.

<sup>73</sup> ‘Dogmatic and Pastoral Concerns’, para. 100, in ‘Working Papers for the Lambeth Conference 1988’ (prepared in 1987), 34; also in *The Truth Shall Make You Free*, para. 121, p. 111.

<sup>74</sup> Encontro dos Primazes da Comunhão Anglicana e os Moderadores das Igrejas Unidas, St George’s College, Jerusalém, 10–17, March 1997,9

seguido um modelo de encontro regular normalmente a cada dois anos (embora, algumas vezes, houve um intervalo de 3 anos). O CCA procura se encontrar a cada três anos (embora nos últimos tempos o intervalo tem sido de 2). A intenção tem sido que os primazes se encontrem a cada dois anos. O crescimento da importância dos primazes foi percebido quando eles se encontraram rapidamente após a consagração de Gene Robinson em 2003, oferecendo orientações claras, e comissionando o trabalho que resultou no Relatório de Windsor.

4.3.5 O encontro de Daar es Salaam, Tanzânia, em 2007, trabalhou duro para desenvolver uma resposta pastoral (mais do que disciplinaria como tal) em relação a situação da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e as intervenções transfronteiriças provinciais relacionadas a esse contexto. Ao final, as propostas oferecidas não foram levadas a cabo. A partir dessa perspectiva, o Encontro de Primazes pode ser entendido menos como um exemplo de interferência inapropriada nas políticas internas de uma igreja-membro e mais como uma demonstração da maneira pela qual a autonomia provincial realmente funciona na Comunhão Anglicana.<sup>75</sup>

4.3.6 As lições aprendidas em Daar es Salaam em 2007 refletiram-se de certa maneira nos resultados do encontro de Primazes em Alexandria, Egito, em 2009. Os primazes reconheceram que o 'papel do Encontro de Primazes tem ocasionado algum debate'. Eles declararam que 'quando o Arcebispo de Cantuária nos convida para "ponderada reflexão, oração e profunda consulta", se espera que nós atuemos "como canais pelos quais a voz das Igrejas membros [são] escutadas, e uma real mudança de opiniões [possa] acontecer"'.<sup>76</sup> A dimensão consultiva e colegial dos Encontros de Primazes foi enfatizada:

Nós temos a responsabilidade individual de falar para os outros primazes em nome das perspectivas e entendimentos de nossas províncias. Nós somos chamados a uma responsabilidade mútua e a ser testemunhas fiéis do que carregamos profundamente na vida de nossas Províncias e da herança de fé assim como nossas Igrejas a receberam. Juntos, nós compartilhamos responsabilidade com os outros Instrumentos de Comunhão para discernir o que é melhor para o bem-estar da nossa Comunhão. Nós estamos conscientes que as atitudes e deliberações dos primazes têm algumas vezes, inadvertidamente, dado espaço para decepções e mesmo desilusões.

---

<sup>75</sup> Uma das lições de Daar es Salaam foi que propostas em forma de documentos formais são mais persuasivos quando acompanhados pelas pessoas que se envolvem com outras sobre assuntos relevantes. Esses encontros presenciais são a melhor maneira de melhorar a comunicação e construir confiança.

<sup>76</sup> Veja o discurso do Arcebispo Archbishop Donald Coggan para a Conferência de Lambeth de 1978, no *The Report of the Lambeth Conference 1978* (London: CIO Publishing, 1978), 123.

Nós reconhecemos que nós ainda lutamos para conseguir o equilíbrio correto em nossas deliberações e pedimos por orações de nosso povo na busca de assistência do Espírito Santo para nos apoiar e nos guiar no cumprimento de nossas responsabilidades diante de Deus.

O Encontro de Primazes de Alexandria apontou para a importância do mesmo em termos de partilha mútua, escuta e sustento mútuo do fardo que se carrega para o bem da Igreja.

#### 4.4 Dublin 2011: consulta, colaboração e colegialidade

4.4.1 Os ganhos de 2009 foram também evidentes no encontro de Dublin de fevereiro de 2011, que teve como principal agenda o aconselhamento e colaboração mútua. O espírito desse encontro foi descrito como extremamente positivo por aqueles que o atenderam. O fato de que nem todos os primazes foram exacerbou algumas tensões já existentes na Comunhão que, invariavelmente, colocaram os holofotes nos primazes. Não obstante este fato, o encontro de Dublin articulou, de uma maneira concisa e clara, um certo entendimento sobre os objetivos e intenções do Encontro de Primazes.<sup>77</sup>

4.4.2 Os primazes declararam que seus encontros 'trazem as realidades, expectativas e esperanças dos contextos de onde eles vieram, portanto, representando o local e o global, entender as realidades, expectativas e esperanças de outros contextos e levar para casa, bem como interpretar o global para o local'.<sup>78</sup>

4.4.3 Os primazes juntos oferecem liderança e apoio para a Comunhão Anglicana que testemunha no mundo as Marcas da Missão; procura continuidade e coerência com a fé, constituição e ética; estabelecem um ponto focal para a unidade; tomam posição sobre questões que afetam a vida da Comunhão; oferecem orientação para a Comunhão; lidam com questões globais; e são ativistas pela justiça social nessas situações.

4.4.4 Os primazes procuram cumprir seu trabalho:

- na oração, companheirismo, estudo e reflexão;
- no cuidado uns pelos outros como primazes e oferecendo mútuo apoio;
- no aconselhamento mútuo e na tomada de conselhos do Arcebispo de Cantuária;
- na construção de relações nos encontros regulares;
- sendo espiritualmente expressivos;

<sup>77</sup> 'Towards an Understanding of the Purpose and Scope of the Primates' Meeting: A Working Document, Approved by the Primates Meeting January 29, 2011',

[http://www.anglicancommunion.org/media/68360/prim\\_scpurpose.pdf](http://www.anglicancommunion.org/media/68360/prim_scpurpose.pdf), accessed 11 November 2015.

<sup>78</sup> Ibid.

- sendo colegiais;
- sendo democráticos;
- reconhecendo a diversidade e oferecendo espaço para a diferença;
- sendo abertos ao Espírito profético;
- exercendo autoridade de maneira que ela emerja do consenso construído e do discernimento mútuo;
- liderando com sabedoria persuasiva;
- no trabalho no Comitê Diretor dos Primazes.

4.4.5 Os primazes afirmaram seu compromisso: 'Em nossa vida comum em Cristo nós estamos apaixonadamente comprometidos em caminhar juntos em honesto diálogo. Na fé, esperança e amor, nós procuramos construir nossa Comunhão e seguir no caminho para o Reino de Deus'.<sup>79</sup>

## 4.5 Os primazes e o processo de Windsor

4.5.1 O Relatório Windsor expressou a esperança de que o Encontro dos Primazes 'deveria ser um fórum primário para o fortalecimento da vida mútua das províncias, e ser respeitado por primazes individualmente e pelas províncias lideradas por eles como um instrumento através do qual novas questões possam ser honestamente abordadas' (Anexo 1, para. 5).

4.5.2 Recomendações feitas no Relatório de Dezembro de 2008 do WCG para o Arcebispo de Cantuária deu maior significância à dimensão colegial dos primazes em relação ao Arcebispo de Cantuária para 'oferecer apoio e conselho mútuo e para a vida da Comunhão (parágrafo 69).<sup>80</sup> O relatório também pareceu uma nota de precaução que 'não existe um único modelo de primazia na Comunhão Anglicana e as expressões diversas de autoridade primacial podem levar alguns a terem preocupações sobre o Encontro de Primazes. Entretanto, é sugerido que 'por causa desta intrínseca relação com seus episcopados e a fidelidade de suas províncias, o Encontro de Primazes pode ser pensado para ter um 'peso' – não a partir de primazes individualmente, mas a partir de seu papel de representação (para.69).

4.5.3 O WCG reconhece a delicada natureza do exercício da autoridade primacial – 'os primazes coletivamente não devem exercer mais autoridade do que a que lhes pertence em suas próprias Províncias' – mas também considerou que 'os primazes também têm um alto grau de responsabilidade como pastores-chefes de suas respectivas províncias para articular as preocupações daquela Igreja particular no âmbito dos conselhos da Comunhão. Quando eles falam

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> 'Report to the Archbishop of Canterbury', in *One Love*, 157.

coletivamente, ou em unidade ou de maneira unanime, então o seu conselho – mesmo que não seja mais do que um conselho – mesmo assim precisa ser recebido com a presteza para garantir que seja refletido e assentado’ (parágrafo 70).

## 4.6 Conclusão das reflexões sobre o Encontro dos Primazes como um Instrumento de Comunhão

- 4.6.1 O encontro regular dos Primazes da Comunhão Anglicana faz uma contribuição importante para o jeito anglicano de diálogo e procura de sabedoria. A necessidade de um mútuo espírito de partilha, escuta, bem como de suportar o fardo uns dos outros, de oferecer orientação, emerge de um profundo compromisso com um método consultivo e colegial de ser Igreja.
- 4.6.2 O que também emerge do que foi mencionado acima é um senso claro de que o Encontro dos Primazes está incorporado dentro do tecido de uma visão anglicana de ser Igreja, a qual valoriza tanto a autonomia e liberdade para um alto grau de auto regulação como também um olhar para fora e um senso de interdependência e mútua responsabilidade para com a família global. Em outras palavras, o Encontro de Primazes, para poder operar como parte do Corpo de Cristo, tem que funcionar em relação a esse corpo e encorajar uma natural reciprocidade entre as suas próprias deliberações e a sabedoria provinda do corpo global. Neste sentido, como os primazes conduzem sua vida juntos se torna um micro-exemplo do que significa para a família anglicana viver de um jeito divino numa fraternidade global de igrejas.
- 4.6.3 As conclusões acima também significam que as fraturas e tensões do corpo global também aparecerão de tempos em tempos entre os primazes.<sup>81</sup> De fato, isto não deveria ser surpresa nenhuma: disposições pessoais podem ser uma fonte de conflito; relações estruturais pelas quais os ‘laços de afeição’ são expressados na Comunhão dão prioridade para a conversão, persuasão, negociações e consensos (um processo confuso, na melhor das horas!); arranjos constitucionais e expectativas dos primazes discordam; os contextos culturais nos quais as Ordens Sagradas, liderança, autoridade e poder operam de maneiras variadas. Por essas razões, o Encontro de Primazes funcionará tanto como uma fonte de unidade, quanto um lugar de tensão e fratura na Comunhão Anglicana. É por isso um frágil Instrumento de Comunhão e depende de um compromisso mútuo para construir relações e suportar o fardo uns dos outros e, nesta jornada, cumprir a lei de Cristo.

---

<sup>81</sup> Este é um conflito tão interno que pode explicar em parte a declaração de Ephraim Radner que ‘ninguém busca o papel de liderança, participando do Encontro de Primazes. Veja o seu artigo ‘Can the Instruments of Unity be Repaired?’, 5 October 2010, 2, [www.anglicanunioninstitute.com](http://www.anglicanunioninstitute.com), accessed 11 November 2015.

## 5. O Conselho Consultivo Anglicano (CCA)

### 5.1. Origens e propósito

5.1.1. O CCA foi estabelecido por uma resolução da Conferência de Lambeth de 1968 (sujeita à aprovação por 2/3 da maioria das igrejas membros).<sup>82</sup> O CCA é único entre os Instrumentos de Comunhão. Primeiro, é o único dos Instrumentos que inclui pessoas não ordenadas, diáconas/os e reverendas/os. Em relação às pessoas não-ordenadas, enquanto o CCA pode não ter tido a intenção original de representação leiga, não obstante desde os primeiros dias de sua formação, a representação leiga fez parte integral de sua função.<sup>83</sup> Entretanto, pessoas leigas ainda são minoria no CCA.

Um segundo aspecto do CCA está relacionado a quem o constitui. Pessoas leigas, diáconas/os e reverendas/os vêm do mais local entre as igrejas que são as paróquias, serviços de capelania e outros ministérios bem locais. Isto dá ao CCA uma voz altamente enraizada dentro dos conselhos mais amplos na igreja.

5.1.2. Em terceiro lugar, o CCA tem uma constituição legal que o governa. Sua criação demandou a anuência de 2/3 das Igrejas da Comunhão Anglicana. Nem a Conferência de Lambeth ou o Encontro de Primazes necessitou aprovação das Igrejas membros. O CCA é autorizado pela Comunhão como um todo. É também o único organismo inter-anglicano com um escritório que possui uma sede física e é sustentado pela Comunhão. Como a Conferência de Lambeth e o Encontro de Primazes, ele possui uma natureza consultiva mais do que jurisdicional. Isto apareceu no Relatório de WCG, que também chamou a atenção para a função do CCA em 'a dimensão comunitária da vida da Igreja. Não é compreendido como um organismo sinodal, expresso em seu próprio nome como um organismo de consulta. Ele é consultivo.'<sup>84</sup> O Relatório também apontou para:

O CCA procura estar em consonância com o significado dado por algumas províncias em cujas liturgias batismais encontra-se enfatizado que a aliança batismal e todas as pessoas que desejam encontrar a contribuição de todo o povo de Deus na vida, missão e também governança da igreja em todos os níveis da vida da Igreja expressa em um

---

<sup>82</sup> Lambeth Conference 1968, resolução # 69, in *The Lambeth Conference 1968: Resolutions and Reports* (London: SPCK, 1968), 46.

<sup>83</sup> Michael Poon sublinha isto em relação à Conferência de Lambeth de 1968, resolução #69, que fala do estabelecimento do CCA. Está claro a partir desta resolução que as pessoas leigas não foram excluídas, então não é nenhuma surpresa que elas logo se tornaram parte do seu corpo. Veja Poon, 'The Anglican Communion as Communion of Churches', para. 26.

<sup>84</sup> The Windsor Continuation Group, 'Report to the Archbishop of Canterbury', para. 71.

encontro conciliar em nível mundial. (para. 71).<sup>85</sup>

- 5.1.3. O problema da irregularidade dos encontros e a mudança constante de membros do CCA foi reconhecida, e o relatório refletiu que 'pode haver outras maneiras pelas quais o envolvimento das pessoas leigas possa ser mais efetivo no discernimento e orientação da Comunhão e não somente em nível mundial' (para. 71).
- 5.1.4. Foi no contexto da necessidade de mais comunicação efetiva e consulta dentro da Comunhão que o relatório do WCG discutiu o papel do CCE - Comitê Conjunto Executivo (JSC - Joint Standing Committee, em inglês) dos primazes e do CCA. O relatório informou que o CCE 'não é um Instrumento de Comunhão em si, mas contém representantes de todos os 4 instrumentos.' (para. 72):

A cruz é a imagem de como o comitê trabalha e de como todas as suas partes se conectam. Em muitos sentidos, ele é ainda muito novo. Na medida em que se desenvolve e cresce será importante perceber os links de todos os 4 Instrumentos para que não seja visto somente como uma extensão do CCA. Será também muito importante assegurar que sua membresia reflita a diversidade de opiniões na Comunhão. Se os membros se encontrarem em uma situação muito polarizada, perderá sua habilidade de agir efetivamente em nome de toda a Comunhão. Seria fortalecido pela presença do Arcebispo de Cantuária em todo o encontro. (para. 72)

- 5.1.5. No Pacto da Comunhão Anglicana o CCE previamente estabelecido aparece como 'o Comitê Executivo da Comunhão Anglicana', responsável pelos primazes e pelo CCA. Essencialmente, a mudança de nome, que foi aprovado por devido processo, representa um processo formalizado no qual os membros que são primazes têm sido feitos membros na constituição do CCA, substituindo o arranjo informal que existia antes de 2009. A proposta do Pacto outorga a este organismo um papel de coordenação com a responsabilidade de monitoramento da operacionalização do Pacto e, em relação a questões relativas a isso, para aconselhar os primazes e o CCA e onde seja apropriado recomendando a qualquer dos Instrumentos ou Igrejas membros diferentes ações relativas às elas que são consideradas como não de acordo com o Pacto.

---

<sup>85</sup> Esta matéria é mais complexa do que isto. Por exemplo, a Igreja Anglicana da Austrália não deu muita atenção às Promessas Batismais do Livro de Oração da Igreja Episcopal, mas ainda está comprometida com as estruturas sinodais e modelos conciliares de governança da igreja. Ela não está sozinha nisso. As Promessas Batismais da Igreja Episcopal têm muito a ver com o contexto estadunidense em relação aos direitos individuais do ser humano. Veja Bruce Kaye, *An Introduction to World Anglicanism* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 223–7.

## 5.2 Os primazes e a CCA: instrumentos correlacionados

5.2.1 O fato de as Reuniões dos Primazes e a CCA estarem inter-relacionadas não deve surpreender as/os anglicanas/os. Está de acordo com a ideia anglicana da Igreja como sendo ordenada episcopalmente e governada sinodalmente.<sup>86</sup> De um ponto de vista prático, o fato desses dois corpos estarem inter-relacionados, faz sentido, precisamente porque o destino de ambos está intimamente ligado entre si nas últimas três décadas. Essa interconectividade desses dois organismos é mais aparente a partir de declarações emanadas dos Instrumentos de Comunhão que pedem uma estreita cooperação entre os dois. Desde o início, reconheceu-se que ambos precisavam de um acordo de trabalho claro para servir aos interesses da Comunhão. Bruce Kaye, um eclesiologista anglicano, argumentou que nos últimos anos, durante um período em que os primazes começaram a exercer o que foi chamado de “autoridade aprimorada”, o CCA foi marginalizado. Um desenvolvimento observado até certo ponto em uma mudança de foco de um concílio ou corpo consultivo para um foco colegial.<sup>87</sup> Outros discordarão desta avaliação. Diferentes pontos de vista sobre esse assunto destacam a natureza sensível do relacionamento entre as reuniões dos primazes e o CCA.

5.2.2 No entanto, a força de qualquer um desses organismos pode variar e está sujeita a várias contingências, por exemplo, com os mais recentes conflitos na Comunhão e/ou alteração de membros. Além disso, ambos os organismos são vulneráveis à pressão e manipulação política. Não se pode esperar que nenhum dos organismos cumpra tarefas para as quais não foi estabelecido. Em tempos de grande tensão, é inevitável que as estruturas projetadas para determinados fins sejam solicitadas a apresentar resultados em áreas além de suas metas. O que pode ocorrer é uma inflação progressiva do escopo de um dos organismos em particular. Isso pode ou não ser uma coisa boa, mas aumenta a possibilidade de decepção e controvérsia e expõe estes organismos eclesiais a críticas e alegações de ineficácia.

5.2.3 O CCA lutou muito para encontrar uma voz nos últimos anos em relação ao ascendente papel de um primaz na Comunhão Anglicana. Também pode ter sido sujeito à manipulação política por interesses de diferentes grupos dentro dele. Por ambas as razões, algumas pessoas podem considerar que falhou em ser efetivo na Comunhão.

---

<sup>86</sup> A frase “ordenada episcopalmente” é mais precisa do ponto de vista eclesiológico anglicano do que a frase mais familiar “liderada episcopalmente”. Esta última frase importa julgamentos injustificados sobre a natureza da liderança de clérigos e leigos na ideia anglicana de Igreja.

<sup>87</sup> Bruce Kaye, “The Sidelining of the Anglican Consultative Council in a Time of Turmoil, in J. Fairbrother (ed.), *To the Church, to the World: Essays in Honour of the Right Reverend John C. Paterson* (Auckland: Vaughan Park Anglican Retreat Centre, 2010), 67-74. A visão de Kaye encontra apoio no trabalho de pesquisa do Australian General Synod Office “The Anglican Communion Instruments of Unity”. Este artigo observa a mudança de ver um “conselho” de bispos para um “colégio” de bispos” ao longo das linhas do uso da Igreja Católica Romana. Os papéis comunitários e consultivos foram mais silenciosos.

No entanto, a alegação de que como consequência, o CCA está “extinto”, é prematura e precisa ser tratada com cautela.<sup>88</sup> Tal afirmação pertence a uma crítica mais ampla da atual Comunhão Anglicana. A este respeito, deve-se notar que o apelo de algumas pessoas pelo abandono ou dissolução da CCA (por exemplo, na direção de um novo jeito de ser membro da Comunhão Anglicana) abre caminho para um novo tipo de CCA formado pelas igrejas que assinaram o Pacto Anglicano. Em outras palavras, mesmo os defensores de uma espécie de anglicanismo “purificado” não podem prescindir de uma entidade como o CCA, nem de seus primazes e de suas reuniões. Na eclesiologia anglicana, ambos os organismos evidentemente têm um papel a desempenhar.

5.2.4 Pode ser que no futuro seja possível uma integração ainda maior entre os primazes e o CCA. Isso pode estar associado a um mandato mais positivo para o CCA em relação às prioridades estratégicas. Essa função aprimorada envolveria ouvir histórias sobre ser igreja de toda a Comunhão global. À luz disso, o CCA estaria em uma posição exclusiva (se sustentando como o faz hoje das expressões locais da Igreja e a partir de todas as ordens sagradas e laicato) para destacar, por exemplo, para os primazes, prioridades e questões dignas de atenção. Nesta base, o CCA pode ter um papel mais forte em relação à sua missão na vida da Comunhão. Uma nota tão positiva e até comemorativa para o trabalho do CCA daria às suas deliberações um foco missionário natural.

### 5.3 A Reunião dos Primazes e o CCA: autoridade, poder e persuasão

5.3.1 Nem as reuniões dos primazes nem o CCA têm autoridade legislativa para determinar assuntos de fé e doutrina para toda a Comunhão. Não existe tal órgão em uma Comunhão de igrejas onde o destaque é a autonomia local e os vínculos interconectados por meio dos quais uma comunidade mais ampla de igrejas é construída.<sup>89</sup> Isso se reflete na recomendação para que os primazes e o CCA sejam órgãos de consulta, escuta, recomendação, conexão, facilitação e comunicação. Isso não significa que as/os anglicanas/os de todo o mundo não tenham orientação em relação à crença e ao culto. Mesmo um exame superficial das constituições provinciais e/ou arranjos organizacionais da Comunhão e, claro, a existência do Quadrilátero de Lambeth destacam compromissos de diversas maneiras com a antiga fé apostólica consagrada nas

<sup>88</sup> Ver Radner, “Can the Instruments of Unity be Repaired?”

<sup>89</sup> A frase “eclesiologia provincial” pode ter alguma importância aqui. Por exemplo, a frase é usada no relatório final da terceira reunião da IATDC (Comissão Interanglicana de Teologia e Doutrina): *Communion, Conflict and Hope: The Kuala Lumpur Report* (Comunhão, Conflito e Esperança: o relatório de Kuala Lumpur), London: Anglican Communion Office, 2008, para. 49. Embora a palavra “provincial” possa ter vários significados diferentes e seja necessária cautela em seu uso em relação à ideia de igreja (ver 1.18 acima), a frase “eclesiologia provincial” tem a vantagem de destacar a importância da autonomia local em relação a um local definido.

Escrituras, Credos, na herança do Livro de Oração Comum, liturgias e cânones da Igreja. A questão não é sobre a existência ou não de fé e ordem apostólica, mas sim sobre o local para determinar a fé e a disciplina nas Igrejas da Comunhão. Talvez, seja útil considerar a autoridade para determinar assuntos como operar em uma série de círculos concêntricos a partir donexo da paróquia e da diocese, estendendo-se a níveis nacional e provincial. A autoridade além desses domínios é do tipo persuasivo e moral: conselhos, recomendações. Isso pode ser observado da maneira como as Reuniões dos Primazes e do CCA realmente funcionaram ou falharam ao longo do tempo.

- 5.3.2 A partir de 1979, a Reunião dos Primazes funcionou para "melhorar a coesão, o entendimento e a colaboração na família, assim como para compartilhar informações entre as Igrejas". Isso aconteceu no diálogo com o arcebispo de Canterbury, encaminhando-se questões ao CCA e consultando em relação à implementação das recomendações do mesmo. Em 1988, a tarefa dada a eles se aguçou de tal modo que a Reunião dos Primazes foi solicitada a "exercer uma responsabilidade aprimorada ao oferecer orientação sobre assuntos doutrinários, morais e pastorais". Em 1998, o arcebispo Eames apontou que o Relatório da Virgínia considerava a Reunião dos Primazes como sendo, em primeiro lugar, colegiada. A responsabilidade mútua na Reunião dos Primazes foi reconhecida em 2009 na reunião de Alexandria. Nesse resumo de desenvolvimento e expansão para as reuniões dos primazes (e reuniões mais regulares), a autoridade essencial permanecia de um tipo moral ou persuasivo, e não jurídico. De fato, esta última não é possível dentro de uma "política de persuasão" anglicana.<sup>90</sup> O fato de alguns quererem que isso não acontecesse e o fato de outros se alegrarem porque a situação atual se adequa a seus propósitos é inevitável na ideia anglicana da Igreja e causa de conflitos significativos de tempos em tempos.
- 5.3.3 Como o próprio nome indica, o CCA é um órgão consultivo da Comunhão. Sua autoridade vem em virtude do acordo das províncias de que esse órgão poderia atender a assuntos relevantes para as vidas das Igrejas membros da Comunhão. Mas é uma autoridade para consultar e fazer recomendações. Não tem poder de execução como tal. Novamente, seu trabalho tem como premissa a boa vontade, persuasão moral e os laços de afeto.
- 5.3.4 As recentes controvérsias na Comunhão levaram muitos a pedir sanções, autoridade com a capacidade de executar decisões. Não é de surpreender que os organismos que existem não possam entregar tais coisas. O assunto foi discutido extensivamente no Relatório Windsor e acompanhado no WCG, cujo próprio relatório afirmou que:

<sup>90</sup> A frase foi cunhada pelo arcebispo Jeffrey Driver em sua tese de doutorado não publicada, "Beyond Windsor: Anglicanism, Communion and Episcopacy", Charles Sturt University, Australia, 2008.

O princípio da autonomia em comunhão descrito no Relatório Windsor deixa claro que o princípio da subsidiariedade deve sempre ser lembrado. Se a preocupação é com a comunhão em uma diocese, apenas a autoridade diocesana está envolvida; se for a comunhão a nível provincial, apenas a decisão provincial. Entretanto, se o assunto diz respeito a reconhecer um ao outro como compartilhando uma comunhão de fé e vida, então alguns órgãos conjuntos de discernimento e decisão, que são reconhecidos por todos, são necessários (par. 55)

Isso levou o WCG a articular a mudança para a “comunhão com autonomia e responsabilidade” como uma articulação melhor da eclesiologia necessária para sustentar a Comunhão. No entanto, o modo com que isto funcionaria, é controversa. Por exemplo, apenas uma estrutura que foi deliberadamente preparada para permitir a direção de cima para baixo atenderia plenamente às aspirações daqueles que exigem disciplina global mais eficaz. O correlato de uma disciplina de cima para baixo mais forte é a autonomia provincial reduzida. Isso levantaria outros problemas para as Igrejas da Comunhão Anglicana. Ainda há discordância na Comunhão sobre até que ponto, se é que o Pacto proposto levaria a uma abordagem descendente mais centralizada da tomada de decisões. Isso se reflete em um debate mais recente em toda a Comunhão sobre o Pacto em reuniões sinodais e provinciais. Uma das questões nesses debates diz respeito às consequências não intencionais do Pacto. A conversa sobre esses assuntos continua.

- 5.3.5 As reflexões acima apontam para o fato de que, no anglicanismo, a disciplina de tipo jurídico e canônico opera até o nível provincial e nacional. Atualmente, não existe um direito canônico internacional que permita decisões possuírem força legal, e qualquer sugestão de que a Comunhão se mova para um direito canônico comum seria controversa e improvável de obter sucesso. Pode-se argumentar que, na natureza do caso, a posição atual deve permanecer de acordo com a ideia anglicana de Igreja. Uma mudança nesse sentido exigiria o consentimento das províncias. Uma sugestão que pode ser aceitável é que as Igrejas membros incorporem em seus cânones algumas emendas comuns relacionadas à Comunhão. As recentes propostas do Pacto falam em "maior discernimento e responsabilidade mútuos". Alguns estão relaxados com isso. Outros acreditam que isso implica um movimento muito forte na direção de uma maior capacidade disciplinar em nível internacional. Outros consideram tais propostas como não oferecendo disciplina suficiente. Certamente, os atuais Instrumentos de Comunhão não podem administrar disciplinas que sejam juridicamente vinculativas, mas apenas exercem a força de persuasão moral. Talvez seja assim que a disciplina deva parecer dentro de uma eclesiologia do tipo provincial, isto é, não jurídica, não coercitiva; em suma, uma disciplina de persuasão e responsabilidade mútua. Alguns dirão

“isso não é muito” e quererão algo muito mais forte, mas isso exigirá um tipo diferente de Comunhão Anglicana.

## 5.4 As reuniões dos primazes, o CCA e a Unidade Anglicana

5.4.1 Atualmente, existem várias vozes e grupos na Igreja Anglicana que argumentam que esses dois instrumentos falharam em ajudar a unidade da Igreja. De fato, alguns dizem que esses dois instrumentos serviram para exacerbar os problemas de estar juntos e, em certa medida, concentraram o conflito. Como resultado, os Instrumentos são, como mencionado acima, pronunciados “extintos” ou “paralisados”. Em parte, isso ocorre porque os instrumentos estão sendo solicitados a fazer um trabalho para o qual não estão equipados para executar: atuar em áreas nas quais eles não têm autoridade. São órgãos consultivos, e a autoridade que exercem é consoante com isso; é uma autoridade de persuasão moral. Tais órgãos não têm autoridade jurídica. A ideia de que esses órgãos possam ser investidos de novos poderes e autoridade levanta questões sobre o caráter da política anglicana. Os instrumentos são instrumentos de um determinado corpo eclesial, isto é, anglicano. Concentrar-se somente nos instrumentos, ignorando o caráter da entidade em cujas mãos tais instrumentos são mantidos, cria confusão e gera expectativas que podem não ser realizáveis.

5.4.2 Os Instrumentos estão organicamente relacionados ao corpo da Igreja e são específicos a esse corpo. Alterar os instrumentos pode envolver mudanças no corpo eclesial. Por exemplo, no Anglicanismo, o fortalecimento dos Instrumentos de Comunhão para incluir maiores poderes de sanção e disciplina envolve reajustar o equilíbrio entre autonomia provincial e responsabilidade mútua. Numa política de persuasão em que a ênfase está na hospitalidade, no convite, na conversa, no discernimento mútuo, na advertência, no reconhecimento e no respeito, a injeção de poderes para disciplinar e talvez excluir exigiria o consentimento do todo. Além disso, dentro de uma política de persuasão, as formas mais nítidas e importantes de exercitar a disciplina e a advertência mútua serão precisamente através daquelas formas de vida que marcam o anglicanismo. Isso inclui persistência em conversas difíceis, não convidar para a mesa de conferência de acordo com a consciência e liberdade para a/s voz/es do protesto. Estas são algumas das maneiras pelas quais as/os anglicanas/os podem responder a conflitos e diferenças profundas - e talvez irreconciliáveis. Esse é um tipo particular de disciplina que requer a prática de considerável disciplina interna. O significado disso é facilmente esquecido. O tipo de disciplina interna mencionada aqui envolve humildade, paciência e amor, e nutre uma sabedoria resiliente e um coração compreensivo que sustenta um povo em Cristo, mesmo através de diferenças nítidas e dolorosas por longos períodos.

5.4.3 As Reuniões dos Primazes e o CCA operam dentro de tal política, e sua eficácia deve ser julgada em relação a esse *ethos* eclesial e não a uma igreja imaginada na qual sanções e disciplina operam de maneira mais aberta e definitiva. Se as reuniões dos primazes lutam para cumprir seu mandato e o CCA é dividida por interesses seccionais, isso é um sinal das divisões e conflitos mais profundos que assolam a Igreja em geral. Nesse sentido, as Reuniões dos Primazes e o CCA refletem o resto da Igreja de nossa vida compartilhada e imperfeita. Nesta medida, (a) as lutas dos primazes para colaborar no ministério do evangelho, e (b) os esforços do CCA para incentivar as Igrejas da Comunhão a se engajarem em práticas que honram o Senhor encarnado, ambas testemunham: uma *koinonia* no evangelho refratada por vidas e sociedades humanas falhas e frágeis.<sup>91</sup> Nesse sentido, as Reuniões dos Primazes e o CCA são um sinal e exemplo de nossa unidade ferida e um teste decisivo de como a Comunhão lida e/ou aproveita os conflitos que a cercam.

5.4.4 Os comentários anteriores não são uma receita para a paralisia, mas eles questionam que tipo de ação ou mudança é necessária e é possível. Nas atuais circunstâncias, uma pergunta: como a Reunião dos Primazes e o CCA podem ajudar no reparo da Comunhão? Como indicado acima, isso é difícil, uma vez que esses Instrumentos particulares são de fato parte do problema - mas apenas parte - e sintomáticos de uma falha maior. Talvez, conforme descrito acima (5.2.4), um relacionamento colaborativo mais próximo entre os primazes e o CCA possa ser um desenvolvimento útil. Um passo importante nessa direção já começou com o papel do Comitê Permanente. No entanto, como identificado anteriormente, há oportunidades no CCA para alguns desenvolvimentos bastante positivos em termos de estabelecimento de metas estratégicas. Este poderia ser um exercício colaborativo com os primazes. Tal movimento pode ser acompanhado de um envolvimento e participação mais profundos do laicato no anglicanismo global. O CCA é o local para abordar o peso administrativo dos Instrumentos e dar mais oportunidades para o presente da voz do laicato em nível internacional. Isto merece grande atenção.

## 5.5 Instrumentos provisórios para uma Comunhão incompleta

5.5.1 As Reuniões dos Primazes e o CCA servem à *koinonia* da Igreja ao apontar a comunhão das Igrejas da Comunhão Anglicana para o Senhor encarnado, que galvaniza suas confianças e guia seus consentimentos mútuos. Uma vez que o Corpo de Cristo é uma

---

<sup>91</sup> Pode ser mais preciso falar de uma *koinonia* de baixo grau em relação a esses assuntos. É exatamente assim que a Igreja Anglicana da Austrália funcionou ao longo de sua história e existem numerosos exemplos de como comunidades eclesiais resilientes (por exemplo, muitas dioceses da Comunhão) funcionam de maneira semelhante.

realidade inacabada e sua peregrinação é realizada em meio às lutas do ser humano - com todos os seus conflitos, atritos, fraturas e arrependimentos -, os Instrumentos de Comunhão serão sinais da comunhão ainda não realizada que esperamos e oramos. Nesse sentido, os instrumentos são sinais provisórios de uma comunhão incompleta com Deus e entre si no mundo. É profundamente atraente tentar resolver conflitos e divisões com muita rapidez ou por meio de soluções essencialmente políticas e/ou eclesiais, mas sem um elemento teológico crítico. Muitas vezes, as consequências não intencionais de tais ações apenas aprofundam as fraturas e dividem as pessoas por períodos mais longos e tornam a tarefa da mediação ainda mais difícil e complicada.

5.5.2 No entanto, a nossa comunhão não plena não é desprovida de vida, pois também resulta de um dom totalmente imerecido de um vínculo indestrutível em Cristo. Esse vínculo primário no Espírito sustenta o povo de Deus e os impulsiona para um novo dia em que Deus será "tudo em todos". Isso relativiza todas as conversas sobre ruptura irreparável e nos direciona para realidades ainda mais profundas do vínculo que "ser um em Cristo" expressa. Pode parecer bom demais para considerar, especialmente neste momento em que tudo o que podemos ver e experimentar é divisão e perturbação. De onde surge a esperança de um novo futuro em tal contexto? A boa notícia é que nossa vida juntas/os é interiormente fortalecida pela intensidade da proximidade de Deus, mesmo nas trevas. Negar isso é negar nossa situação fundamental e ceder às potestades e renunciar à esperança em Deus.

5.5.3 Devemos desenvolver uma teologia anglicana da comunhão a partir dessa divisão, imperfeições e feridas da vida do Corpo de Cristo. Tal abordagem pode levar a Comunhão a uma unidade mais profunda. Como isso pode ser nas reuniões dos primazes e no CCA? Esses organismos podem permitir que a Comunhão encontre uma unidade mais profunda em Deus? A chamada a esse respeito foi afirmada sucintamente no relatório de Kuala Lumpur de 2007 da Terceira Comissão Teológica e Doutrina Inter-Anglicana (IATDC):

Às vezes, ouvimos dizer que a Comunhão está sendo quebrada e, frequentemente, essa linguagem é usada em discursos retóricos sobre questões específicas em disputa. A realidade maior, no entanto, é o rompimento da Igreja dentro do qual a comunhão pode florescer, e de fato o faz. A comunhão floresce quando aceitamos que o discipulado na Igreja é um chamado para o caminho da cruz, neste caminho de rupturas da Igreja, para a qual todos contribuimos.<sup>92</sup>

5.5.4 O relatório da IATDC 2007 estava atento às palavras bem conhecidas

<sup>92</sup> The Third IATDC's final report, *Communion, Conflict and Hope: The Kuala Lumpur Report*, para. 50.

de Michael Ramsey, que, ao falar da catolicidade do anglicanismo, referiu-se à sua incompletude e desordem:

Pois enquanto a Igreja Anglicana é justificada por seu lugar na história, com um testemunho surpreendentemente equilibrado do evangelho, da igreja e de um bom aprendizado, sua maior justificativa reside em apontar através de sua própria história para algo do qual é um fragmento. Suas credenciais são sua incompletude, com a tensão e o trabalho em sua alma. É desajeitada e desarrumada e confunde a organização e a lógica. Pois ela é enviada não para se elogiar como “o melhor tipo de cristianismo”, mas por sua própria fragilidade para apontar para a Igreja universal em que todos morreram.<sup>93</sup>

Num sentido muito específico, essas palavras oferecem um comentário poderoso sobre os Instrumentos de Comunhão e destacam a importância de nutrir um forte relacionamento entre esses. O que isso pode envolver é brevemente desenvolvido abaixo.

## 6 Rumo a uma sinfonia dos instrumentos de comunhão

### 6.1 Questões e propostas

6.1.1 A primeira seção deste artigo estabeleceu alguns princípios da eclesiologia da Comunhão Anglicana como a estrutura para considerar os Instrumentos de Comunhão. As seções 2-5 forneceram um exame mais detalhado dos quatro instrumentos: a Conferência de Lambeth, o arcebispo de Canterbury, a reunião dos primazes e o CCA. Na seção 5, alguns problemas foram identificados em relação ao desenvolvimento e função recente da Reunião dos Primazes e da ACI. Esta seção final destaca alguns problemas subjacentes que surgiram nas seções anteriores e faz algumas propostas para o futuro entendimento e funcionamento dos Instrumentos.

### 6.2 O conceito de um instrumento

6.2.1 O conceito de Instrumentos de Unidade teve origem no movimento ecumênico na década de 1970.<sup>94</sup> A adoção pelos anglicanos dessa

<sup>93</sup> A. M. Ramsey, *The Gospel and the Catholic Church* (London: Longmans, Green, and Co., 1936), 220.

<sup>94</sup> Poon, “The Anglican Communion as Communion of Churches”, para. 37: o termo “instrumento de unidade” foi usado nas discussões sobre o significado eclesiológico das variedades de “conselhos de igrejas cristãs” que surgiram nos anos pós-guerra. Lukas Vischer insistia que os conselhos de igrejas cristãs deveriam ser “instrumentos de unidade”. Com isso, ele quis dizer que a realidade eclesial não deveria ser buscada nos Conselhos, mas na comunhão entre as igrejas. “Como estruturas, os Conselhos de Igrejas Cristãs têm apenas um significado eclesiológico instrumental na promoção desta comunhão.” Esse papel instrumental e provisório foi destacado na “Consultation on the Significance and Contribution of Councils

linguagem pode ser atribuída à sétima reunião da CCA de 1987<sup>95</sup>, embora já na Conferência de Lambeth de 1968 o CCA tenha sido referido como “um instrumento de ação comum”.<sup>96</sup>

6.2.2 O conceito de "instrumento" foi invocado no Relatório da Virgínia de 1997. No entanto, ele é anexado de maneira bastante vaga a uma série de frases, por exemplo, "Instrumentos de Comunhão"; "Instrumentos pertencentes a anglicanos em nível mundial" (5,28); "Instrumentos anglicanos internacionais de unidade" (6.23); "Instrumentos mundiais de comunhão" e "instrumentos de interdependência" (6.34); "Instrumentos da Comunhão Anglicana" (6.32). Além disso, o relatório afirma que o episcopado é "o principal instrumento da unidade anglicana" (3.51) e reconhece a necessidade da Comunhão Anglicana de "instrumentos apropriados" (5.20). O CCA é identificado como "único entre os instrumentos anglicanos internacionais de unidade" (6.23). Três coisas devem ser observadas no Relatório da Virgínia: primeiro, uma aceitação acrítica da linguagem do "instrumento"; segundo, uma associação vaga de "instrumento" com uma série de frases relacionadas a questões de estrutura eclesial; e, terceiro, "Instrumentos de comunhão" era evidentemente o identificador geral preferido em relação a "instrumentos".

6.2.3 Certamente, desde o Relatório de Virgínia, a linguagem de instrumentos tornou-se parte do estoque do discurso anglicano internacional. Na visão de Michael Poon, o "uso acrítico de conceitos do movimento ecumênico", como o conceito de "instrumentos de unidade", agrava o que foi denominado como um "déficit eclesial" no anglicanismo.<sup>97</sup> Ele afirma:

---

of Churches in the Ecumenical Movement” de Veneza em 1982 e na 1986 Segunda Consulta sobre Conselhos de Igrejas como “Instrumentos de Unidade dentro do Movimento Ecumênico Único” em Genebra.” Para Vischer, veja Lukas Vischer a respeito de tais assuntos, “Christian Councils: Instruments of Ecclesial Communion”, *Ecumenical Review*, 24:1 (1972), 72-87, em 77, 80. Ver também Hervé Legrand, “Councils of Churches as Instruments of Unity within the One Ecumenical Movement”, em Thomas F. Best (ed.), *Instruments of Unity: National Councils of Churches within the One Ecumenical Movement* (Geneva: WCC Publications, 1988), 55-71; demodo geral, ver Konrad Raiser, *Ecumenism in Transition* (Geneva: WCC Publications, 1991).

<sup>95</sup> Poon, “The Anglican Communion as Communion of Churches”, para. 38: O conceito de “instrumentos de unidade” apareceu na Sétima Reunião do CCA em 1987. Foi usado no Relatório “Unity and Diversity within the Anglican Communion: A way forward” como um nome coletivo para o arcebispo de Canterbury, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano e a Reunião dos Primazes. Antes disso, Lambeth 1978 usava o termo "estruturas na Comunhão Anglicana"; em 1984, o Secretário-Geral usou o termo "organização inter-anglicana" em seu discurso de abertura do CCA-6."

<sup>96</sup> Ver Lambeth Conference 1968, resolução 69.

<sup>97</sup> Poon, “The Anglican Communion as Communion of Churches”, para. 37. A ideia de um "déficit eclesial" foi discutida no Relatório do Grupo de Continuação de Windsor ao Arcebispo de Canterbury I. Na seção D desse relatório, parágrafo 51, observou-se que “um déficit central na vida da Comunhão é sua incapacidade de sustentar estruturas que possam tomar decisões que tenham força na vida das Igrejas da Comunhão, ou mesmo qualquer orientação definitiva para ele”. O relatório observou então: 'Outros comentaristas argumentarão que tais mecanismos são totalmente desnecessários, mas isso afeta o coração do que é viver como Comunhão de Igrejas. “O déficit eclesial diz respeito tanto à determinação dos limites da diversidade na comunhão de igrejas anglicanas e a capacidade de exercer autoridade para disciplinar igrejas que desconsideram esses limites. O que isso significa é que a noção de “déficit eclesial” é um conceito eclesiológico essencialmente contestado.

A última década viu a criação de conceitos e estruturas para sustentar a Comunhão em nível internacional, sem pensar em suas implicações eclesiais e em sua conexão com as realidades eclesiais de cada Igreja. Assim, as estruturas da Comunhão, inconscientemente, colocam as Igrejas Anglicanas em todo o mundo em rota de colisão. Essas terminologias vieram de contextos denominacionais protestantes específicos; mas houve pouca discussão e explicação sobre o que eles significam em termos anglicanos eclesiologicamente.<sup>98</sup>

6.2.4 Há insuficiente argumento para sugerir que o conceito de "instrumentos" tenha sido sujeito a qualquer avaliação crítica sobre sua adequação ou o que isso pode significar. Instrumentos são itens que você usa para alcançar certos fins. Um martelo é um instrumento para acertar um prego, a fim de construir ou reparar alguma estrutura; a broca de um dentista é um instrumento. Essa qualidade de ferramenta é refletida na etimologia de "instrumento", que significa "ferramenta ou aparelho". É originalmente conectado a um instrumento musical. Curiosamente, também inclui a sensação de "organizar e fornecer". O adjetivo "instrumental" aponta para algo que é "reparável" ou "útil".<sup>99</sup>

6.2.5 O contexto musical do "instrumento" oferece uma estrutura mais ampla para considerar o conceito. Por exemplo, os instrumentos musicais pertencem a um ambiente rico que incluem dimensões harmônicas, orquestrais e sinfônicas. Nesse contexto, os instrumentos participam de uma oferta estruturada direcionada ao desempenho bem-sucedido. Nesse sentido, o instrumento ganha vida apenas quando é integrado à própria existência do músico. Referindo-se à maneira pela qual um objeto externo (neste caso, um instrumento musical) se torna uma extensão do usuário, o filósofo da ciência Michael Polanyi afirma: "Nós nos derramamos neles e os assimilamos como parte de nossa própria existência. Nós os aceitamos existencialmente residindo nele"<sup>100</sup>. Isso requer um "esforço intencional", "comprometimento" e "uma maneira de nos dispormos".<sup>101</sup> O objeto externo se torna um instrumento ou ferramenta quando é assimilado na operação do usuário. Uma

<sup>98</sup> Poon, "The Anglican Communion as Communion of Churches", para. 38.

<sup>99</sup> No final do século XIII, o uso refere-se a um "instrumento musical", do latim *instrumentum*, que significa "uma ferramenta, aparato, mobília, vestimenta, documento" e do significado *instruere* de "arrumar, mobiliar". O sentido mais amplo de instrumento como "aquele que é usado como agente em uma performance" é de meados do século XIV. "Instrumental" como "composição musical para instrumentos sem vocais" aparece em 1940. "Instrumental" (adjetivo) é do final do século XIV; "Da natureza de um instrumento", do instrumento + al. O significado de "útil e útil" é de 1600. "Instrumental" como uma composição musical para apenas 1 instrumento é atestado em 1940. Consulte o Shorter Oxford English Dictionary.

<sup>100</sup> Michael Polanyi, *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy* (London: Routledge & Kegan Paul, 1958), 59.

<sup>101</sup> *Ibid.*, 60-1.

fusão ocorre e o instrumento se torna uma extensão do corpo.

6.2.6 No entanto, essa assimilação não é automática nem simples e pode se desintegrar. Por exemplo, quando a atenção está diretamente focada no instrumento ou ferramenta, e não no objetivo para o qual está sendo usada, a capacidade do usuário para atingir o objetivo pretendido é seriamente diminuída.<sup>102</sup> Assim, se um pianista muda a atenção da performance para os detalhes - o ato de tocar as teclas - a performance sofrerá. Um ator que se apega à próxima palavra e gesto pode ficar paralisado com o “medo do palco”. Nos dois casos, a fluência é restaurada apenas quando o pianista ou ator lança sua mente para além dos detalhes, até o objetivo do ato. O problema fundamental surge quando a consciência focal muda da intenção da atividade para algo que normalmente reside na consciência subsidiária.<sup>103</sup>

6.2.7 Esta breve discussão indica que o conceito de um instrumento é complexo. Um instrumento é originalmente um objeto externo diferenciado do usuário. A transposição de um objeto externo para um instrumento, como mencionado acima, requer habilidade pela qual o objeto externo ao usuário se torna parte de sua própria existência. A mudança de objeto para instrumento envolve a superação de uma distância natural entre pessoa e objeto. Superar essa distância pertence à habilidade de saber e fazer. A habilidade e a conexão intuitiva entre usuário e instrumento através de esforço inteligente e esforço imaginativo (que não podem ser explicados simplesmente como o efeito da repetição de uma tarefa) são a base para a realização bem-sucedida do objetivo. A sabedoria acumulada em tais processos transcende o mecânico e o técnico e entra no domínio do conhecimento pessoal.

6.2.8 Michael Polanyi compara o processo pelo qual passamos da ação técnica e mecânica para o conhecimento pessoal como uma pessoa vendada tendo que usar um bastão para explorar um espaço específico<sup>104</sup>. O bastão se torna uma extensão da mão. A

---

<sup>102</sup> Ibid., 56.

<sup>103</sup> Veja o trabalho perspicaz de Michael Polanyi sobre conscientização focal e subsidiária em *Personal Knowledge*. Polanyi se refere a "O tipo de falta de jeito que se deve ao fato de que a atenção focal é direcionada aos elementos subsidiários de uma ação é comumente conhecida como autoconsciência" (p. 56). Nesse contexto, Polanyi afirma que "uma forma séria e às vezes incurável é o medo do palco", em que o ator fica fixo na "próxima palavra, nota ou gesto e, assim, perde a sensação de fluxo e varredura de contexto da performance".

<sup>104</sup> Polanyi, *Personal Knowledge*, 61. Polanyi observa que, se estamos com os olhos vendados, “não conseguimos encontrar o caminho com uma vara tão habilmente quanto um cego que pratica há muito tempo. Podemos sentir que o manche atinge algo de tempos em tempos, mas não podemos correlacionar esses eventos. Só podemos aprender a fazê-lo com um esforço inteligente na construção de uma percepção coerente das coisas atingidas pelo bastão. Então, gradualmente, deixamos de sentir uma série de solavancos em nossos dedos como tal - como ainda sentimos em nossas primeiras tentativas desajeitadas -, mas os experimentamos como a presença de obstáculos de certa dureza e forma, colocados a uma certa distância, no ponto de nosso bastão ... Quando a nova interpretação dos choques em nossos dedos é alcançada em termos dos objetos tocados pelo bastão, podemos dizer que realizamos inconscientemente o processo de interpretação dos choques ... ficamos inconscientes das ações pelo qual alcançamos esse resultado”.

princípio, os dados sensoriais que fluem para cima da ponta do bastão até a palma da mão são difíceis de discriminar. Lentamente, a pessoa com os olhos vendados aprende a discriminar mais finamente entre diferentes superfícies, densidades e assim por diante. Uma imagem mental é construída na mente. Isso ocorre através de uma crescente conexão orgânica entre a sonda e a pessoa; a descontinuidade natural da sonda da mão do usuário é lentamente superada; uma reintegração orgânica é alcançada.

- 6.2.9 Esta ilustração nos lembra que um instrumento pode funcionar como um importante mecanismo heurístico ou de localização. Mas a qualidade disso depende inteiramente do grau em que o usuário alcança um alto nível de conexão orgânica entre ele próprio e o instrumento. Nesse processo, a natureza da entidade muda de objeto externo para instrumento como extensão do eu. A discussão anterior aponta para duas questões principais para instrumentos: agência humana e propósito.

### **6.3 Instrumentos, atuação humana e finalidade**

- 6.3.1 Os instrumentos têm uma dimensão pessoal inevitável. Quando há reclamações sobre instrumentos e comportamento mecânico de estruturas, geralmente a questão real diz respeito à despersonalização dos instrumentos em questão. O problema é mascarado no anglicanismo quando os Instrumentos de Comunhão são identificados apenas como partes da estrutura de governança.<sup>105</sup> Isto é apenas parcialmente verdadeiro. A imagem mais completa é que os instrumentos são reuniões de agentes humanos em conjuntos particulares de relacionamentos. A perda do senso de agência humana e a participação no uso dos Instrumentos é, naturalmente, uma característica da vida contemporânea, e geralmente está associada a questões de poder e técnica burocrática que estão despersonalizando.
- 6.3.2 Uma segunda questão relacionada a instrumentos diz respeito à sua finalidade, ou mais particularmente ao que acontece quando há uma perda de foco na finalidade para a qual um instrumento é destinado. Quando a atenção é voltada para outra coisa e fica fixa no instrumento como tal, a consciência focal muda para um elemento secundário. Isso pode surgir da ansiedade e da falta de confiança ou da falta de hábitos de uso bem formados. Quando isso ocorre, significa que o fim ou o objetivo se torna de importância secundária; move-se para uma consciência subsidiária. O resultado

---

<sup>105</sup> Esse problema surge no Relatório da Virginia da IATDC de 1997. Neste relatório, a linguagem do instrumento estava ligada à necessidade de "estruturas facilitadoras" para manter a comunicação e a coerência em toda a Comunhão. Afirmou-se que a vida pessoal e relacional era anterior a essa estrutura, sendo esta última necessária para permitir a manutenção da primeira (5.4). Isso pode parecer uma linguagem benigna, mas implica em uma ausência implícita da intervenção de pessoas na estrutura. A forma do relacionamento entre os dois despersonaliza a estrutura e a torna secundária em relação à vida relacional.

é um desempenho ruim porque o foco não está mais no objetivo para o qual o instrumento está sendo implantado, mas em vez disso, o foco mudou para o instrumento. O horizonte do objetivo mais profundo retrocedeu da vista e o instrumento se torna o foco.

- 6.3.3 O foco apropriado para os instrumentos de Comunhão é a comunhão com Deus e entre si no serviço da missão de Deus no mundo. A comunhão é fortalecida à medida que mais e mais partes de nossas vidas e da igreja são direcionadas aos propósitos de Deus. Os instrumentos de comunhão são meios pelos quais a vida da Igreja pode ser direcionada a Deus. Nesse contexto, os Instrumentos têm uma função subsidiária, como João Batista, apontando para uma realidade e vocação maiores. Isso não elimina a importante função prática dos instrumentos de comunhão. Eles continuam sendo maneiras altamente pragmáticas para permitir que comunidades complexas de fé realizem sua vida e propósito no mundo. No entanto, tudo isso é meramente aprimorado e aprofundado à medida que os Instrumentos são colocados dentro de seu verdadeiro horizonte dos propósitos de Deus. Como tal, são investidos de seu verdadeiro significado, ou seja, para permitir que o povo da Igreja siga a Cristo no mundo. Nos últimos anos, as/os anglicanas/os interpretaram esse movimento externamente em termos das Cinco Marcas da Missão. Os Instrumentos de Comunhão destinam-se a servir essas marcas. As Marcas da Missão são o horizonte adequado para o qual os Instrumentos são direcionados.
- 6.3.4 Em tempos de crise, os Instrumentos ficam facilmente sobrecarregados. O que isto significa é que eles se tornam o foco principal e deixam de apontar para Deus na Igreja. As pessoas ficam preocupadas com a operação dos Instrumentos de maneira altamente estruturalista e mecânica. Eles não apenas perdem o foco, mas tornam-se despersonalizados. Sob essas condições, não é de se surpreender que os Instrumentos sejam frequentemente declarados sem sentido e inadequados para o propósito para o qual foram criados. Muitas vezes, isso é simplesmente um sinal de que não sabemos mais usar o Instrumento ou não acreditamos que ele possa fazer o que deve fazer. Então deixa de ser um instrumento vivo e aparece como um artefato peculiar, irrelevante e sem sentido. O problema pode ser afirmado de forma sucinta: "Se descreditarmos a utilidade de uma ferramenta, seu significado como ferramenta desaparecerá."<sup>106</sup> Num contexto eclesial, isso não significa apenas o fim do Instrumento; mais importante, é um sinal de um corpo desmembrado. Isso revela a ferida mais profunda do corpo e a dor causada por um espírito eclesial desordenado (Gal 5.13-21).
- 6.3.5 A recuperação de um foco apropriado no propósito e na dimensão pessoal dos Instrumentos de Comunhão é o pré-requisito para o

---

<sup>106</sup> Polanyi, *Personal Knowledge*, 57.

seu funcionamento saudável. Quando os Instrumentos permanecem trancados na linguagem da estrutura, eles permanecem desconectados da vida da Igreja “como uma onda do mar, impulsionada e lançada pelo vento” (Tiago 1.6b). São necessárias duas coisas: (a) o foco persistente no propósito do Instrumento como um meio pelo qual Deus reconecta ativamente as pessoas umas com as outras em Cristo, o Senhor; e (b) agentes humanos que insistem firmemente que os Instrumentos não são simplesmente artefatos estruturais, mas são constituídos por pessoas em relação. Desse modo, descobriremos que os Instrumentos de Comunhão são constituintes ativos e vitais de nossa vida comum no Corpo de Cristo, e não simplesmente elementos de nossa lei comum.

## 6.4 Instrumentos como dons do Espírito

- 6.4.1 Uma das grandes ideias da Comunhão Anglicana pode ser a maneira pela qual ela valoriza - dentro de uma ordem episcopal da Igreja - a sinfonia de bispos, clérigos e leigos trabalhando juntos em comunhão. Este é um desafio significativo para as/os anglicanas/os no mundo de hoje, e esse desafio é especialmente - mas não exclusivamente - focado nos Instrumentos de Comunhão. O que é necessário é uma compreensão mais clara do papel e da função de cada Instrumento de Comunhão. Isso deve levar em conta os dons e responsabilidades específicos para o governo, bem como as funções representativas confiadas aos bispos e à maneira como estas podem funcionar melhor em conjunto com todo o corpo dos fiéis.
- 6.4.2 Os Instrumentos de Comunhão não são apenas peculiaridades da governança anglicana, mas maneiras particulares de facilitar práticas que atendem ao Senhor encarnado e melhoram a vida do Corpo de Cristo. É mais exato, do ponto de vista teológico, entender os Instrumentos de Comunhão como intensificações ou concentrações de comunhão eclesial. Como tal, os Instrumentos são pontos focais específicos do que nos une em Cristo. Quando as pessoas que constituem os vários Instrumentos de Comunhão buscam sabedoria juntos, elas encarnam e re representam o que toda a Igreja é chamada a fazer e ser. Ao concentrarem o dom da unidade de Deus (em toda a sua diversidade e tensões), aumentam simultaneamente a Comunhão de todo o Corpo de Cristo.<sup>107</sup>
- 6.4.3 O trabalho dos Instrumentos é facilitar o transbordamento do vínculo de Cristo com o mundo através do Espírito. Dessa maneira, as estruturas eclesiais de governança servem ao fortalecimento de nossa unidade com Deus no mundo. Isso aponta para um foco verdadeiramente missionário e uma dinâmica trinitária como

---

<sup>107</sup> É uma versão eclesial do conceito de "efeito borboleta". Teologicamente, isso está fundamentado na profunda interconexão de toda a criação.

fundamento dos Instrumentos de Comunhão. Isso significa que os instrumentos têm um caráter de dom. Pelo que foi dito acima, fica claro que esse caráter de dom é profundamente pessoal e nos lembra o "dom indescritível" de Jesus Cristo. Deus em Cristo é o dom íntimo e pessoal de Deus para a vida do mundo. A vida de Jesus nos mostra que o dom de Deus é frágil, sofre e sacrifica, mesmo quando a alegria de Deus está presente, e proporciona um horizonte mais amplo. É por uma boa razão que o dom de Jesus é marcado em pontos-chave com os símbolos da manjedoura, mesa, toalha, pão e vinho, cruz e sepultura e túmulo vazio. O caráter de dom da segunda pessoa da Trindade nos lembra a grandeza e a natureza contingente de tal presente. Se falamos dos Instrumentos de Comunhão como dons, eles devem ser entendidos em relação ao dom de Jesus. Isso significa que os Instrumentos visam refletir compromissos pessoais e dispendiosos entre as pessoas e devem ser colocados no horizonte da obra de Deus no mundo e, portanto, ter uma visão externa. Um cenário tão rico para os Instrumentos como presentes não tem sido uma característica forte no desenvolvimento do entendimento dos Instrumentos. Enquanto o caráter presente dos Instrumentos foi marcado no Relatório de Virgínia de 1997, essa descrição permaneceu pouco desenvolvida nesse relatório.<sup>108</sup>

- 6.4.4 O fato dos Instrumentos terem surgido na história - geralmente em tempos de conflito e incerteza na Igreja (por exemplo, a primeira Conferência de Lambeth) - aponta para o fato de que eles são condicionais e, portanto, provisórios e inacabados. Os Instrumentos provavelmente sofrerão mudanças e modificações, à medida que os contextos e as circunstâncias de ser da Igreja também mudam e evoluam. A natureza condicional dos Instrumentos anda de mãos dadas com seu caráter de presente. De fato, um presente é um presente apenas quando é aberto, desembalhado e usado. É isso que fazemos com nossos dons. Os instrumentos são dons do Espírito que emergiram através de um processo e dentro de contextos históricos específicos. Isso significa que os Instrumentos representam um dom e uma tarefa para a Igreja. Seu funcionamento e seu valor contínuo para a Comunhão requerem participação humana ativa e um esforço imaginativo para seguir o que o Espírito está dizendo à Igreja à medida que o futuro se desenrola. Isso também significa que haverá uma confusão inevitável sobre a maneira como os Instrumentos funcionam como dons de e para Deus. Tudo isso aponta para Instrumentos não como sinais de uma Igreja em estado estacionário, mas como sinais de trabalho a ser feito e uma expectativa de que novas coisas surgirão à medida que as pessoas se envolverem fiel e alegremente, buscando sabedoria e prestando testemunho de

---

<sup>108</sup> Ver Virginia Report, 1.14: "Os instrumentos de comunhão, que são um presente de Deus para a Igreja, ajudam a manter-nos na vida do Deus trino." Infelizmente, essa afirmação permanece bastante desconectada das longas seções do relatório sobre Comunhão e Trindade, que é argumentado como a base para a vida da Igreja.

Cristo no mundo.

- 6.4.5 Um perigo atual para as/os anglicanas/os em relação aos Instrumentos de Comunhão é que podemos abandonar ou rejeitar os dons dados para nossa vida comum agora e uma vida futura esperadas juntos no Reino de Deus. Isso pode acontecer quando os Instrumentos são reduzidos a uma conquista meramente humana e quando aqueles que habitam os Instrumentos deixam de reconhecer o Espírito no trabalho, desejando o bem através desses Instrumentos.<sup>109</sup>
- 6.4.6 Uma tarefa importante em relação aos Instrumentos de Comunhão é recuperar uma abordagem centrada em dons a esses locais para aconselhamento comum no anglicanismo internacional. Como instrumentos, eles (o arcebispo de Canterbury, a Conferência de Lambeth, os Primazes, o CCA) permanecem vulneráveis à distorção e uso indevido. Por exemplo, quando os Instrumentos são abstraídos de sua agência humana e são tratados como coisas e/ou objetos separados do corpo, eles se tornam ferramentas desencarnadas. Como tal, estão mais facilmente sujeitos a mau uso político e manipulação por interesses seccionais de todas as persuasões. Esses grupos diferentes têm suas próprias ideias sobre a natureza da Comunhão e como ela precisa ser reparada, e é mais fácil processar quando os Instrumentos são coisificados. Um dos efeitos de reduzir os Instrumentos a tais artefatos de manipulação humana é que gera falsas expectativas em relação ao que é possível e, ao mesmo tempo, tira seu caráter de dom.
- 6.4.7 Uma abordagem centrada no aspecto do dom às estruturas de nossa sociedade é resistente a expectativas irreais sobre sua capacidade de fornecer soluções rápidas. Uma abordagem centrada nos dons pertence a um ambiente que promove esforço, comprometimento e colaboração com propósito, informado e energizado por Deus. Nesse sentido, é um lembrete do peso moral e da visão de uma igreja piedosa da qual somos chamadas/os juntas/os e não separadas/os. Isso aponta para o fato de que uma abordagem centrada nos dons pertence à linguagem da conversão. A Igreja está sendo chamada de volta ao objetivo final de mostrar imperfeita, mas verdadeiramente, a comunhão de Deus com o mundo. Nessa perspectiva, os Instrumentos de Comunhão podem

---

<sup>109</sup> O falecido Daniel Hardy disse que “a maior ameaça ao anglicanismo hoje é que...a vontade pessoal (o que cada pessoa deseja) e a vontade de interesses seccionais na Igreja estão substituindo o amor pela verdade...O que é necessário é mova-se radicalmente na direção oposta: atenção à verdade, à identidade infinita de Deus em agir (em Cristo através do Espírito Santo) no mundo para trazê-lo ao seu fim final: atenção a Deus por Deus. Tudo dependerá de podermos "colocar" tudo em relação à verdade da vida de Deus, pois isso é encontrado através do tipo certo de atenção à riqueza da presença e bênção de Deus, como elas são encontradas na adoração e na vida corporativa quando responder aos propósitos de Deus para o mundo “(Daniel Hardy, “Anglicanism in the Twenty-First Century: Scriptural, Local and Global”, artigo não publicado, publicado na Academia Americana de Religião, 2004). Tal colocação de tudo em relação à verdade da vida de Deus envolve o que foi identificado acima como um esforço intencional, comprometimento e uma maneira de nos dispormos que convém ao fruto do Espírito.

ser reconhecidos como tendo um caráter sacramental ou quase-sacramental, como sinais e mediações da presença e da obra de Deus na Igreja, para o bem do mundo. Além disso, essa abordagem aponta necessariamente os Instrumentos de Comunhão além de seu foco imediato na vida interna da Igreja, em direção ao mundo em que Deus está trabalhando para trazer todas as coisas aos seus santos caminhos. A natureza inacabada desta obra de Deus é o horizonte missiológico mais profundo para o papel e o significado dos Instrumentos de Comunhão.

- 6.4.8 A abordagem sugerida aqui implica algo muito diferente da abordagem de “kit de reparo” para os problemas e desafios do anglicanismo. A ferida que precisa de cura não pode ser reparada com um adesivo. A cura e o reparo só podem ocorrer através de escuta profunda e da tolerância. Os Instrumentos são, de fato, pessoas que buscam sabedoria divina por meio de conselhos comuns. O perigo é que a busca pela sabedoria possa ser deslocada pelo desejo de expressar opiniões sem ouvir e prestar atenção um ao outro. Quando isso acontece, os instrumentos são despersonalizados e não conseguem atingir seu verdadeiro objetivo. Nessas circunstâncias, eles se tornam instrumentos bastante contundentes e, na melhor das hipóteses, não nos surpreendemos com pedidos de diferentes instrumentos que solucionem o problema; renovar ou remover alguns instrumentos; e/ou aprimorando a autoridade de um Instrumento e diminuindo outro. Tais propostas podem muito bem ser necessárias para melhorar a comunicação e facilitar um envolvimento mais profundo entre as pessoas. Isso pode muito bem pertencer à evolução dos Instrumentos, conforme identificado acima. Mas não há soluções rápidas para a necessidade de ouvir com cuidado e respeito. Isso requer uma disposição e intenção que vão além da mera declaração de opinião.
- 6.4.9 Este documento usou intencionalmente a frase “Instrumentos de Comunhão” em vez de “Instrumentos de Unidade”. Isso foi feito na crença de que o caráter de dom dos Instrumentos é aprimorado pela linguagem da “comunhão” e não pela linguagem da “unidade”. Curiosamente, “comunhão” era o termo original em relação aos Instrumentos e só mais tarde foi substituído pelo termo “unidade”. Em nosso contexto atual, “comunhão” é um termo mais amplo e teologicamente mais rico que “unidade”. Infelizmente, a unidade tem sido facilmente associada a elementos estruturais e legais na Igreja de Deus. A dimensão institucional da comunhão é importante, mas não é o único ou o aspecto mais significativo da união com Deus e entre si. Os "Instrumentos de Comunhão" abrem possibilidades, enquanto a linguagem da "unidade", pelo menos em nosso atual contexto eclesial, tende a fechar o leque de possibilidades percebido. Além disso, a linguagem da comunhão fortalece a dimensão relacional da linguagem dos instrumentos. A recuperação da terminologia da comunhão é uma parte da recuperação do papel de agência humana e foco teológico em

Deus, subjacente ao propósito dos Instrumentos de Comunhão. A linguagem pode não resolver os problemas, mas tem um papel a desempenhar na mudança de expectativas e atitudes.

6.4.10 É legítimo perguntar se a linguagem de "instrumentos" pode ser substituída. O assunto foi extensivamente analisado em um artigo anterior (não publicado) preparado para o IASCUFO (Comissão Executiva Inter-Anglicana para Unidade, Fé e Constituição). Como observado anteriormente neste artigo, o apelo aos Instrumentos de Comunhão é relativamente recente e fazia parte claramente do discurso do Relatório de Virgínia de 1997. Não parece ter havido nenhum processo consciente de recepção da linguagem dos 'instrumentos' no Relatório de Virgínia e posteriormente. Além disso, conforme discutido nesta seção do documento, ainda existem problemas significativos associados à linguagem dos "instrumentos" que distorcem seriamente a natureza, as percepções e o funcionamento dos conhecidos Instrumentos de Comunhão Anglicana.

6.4.11 Encontrar uma linguagem mais aceitável que "instrumentos" é um desafio. Nada apareceu ainda, especialmente dada a maneira como a linguagem dos "instrumentos" se tornou definida no discurso e na mentalidade gerais da Igreja. Este documento adotou uma abordagem diferente. Primeiro, ele defendeu a recuperação de uma apreciação mais sutil e mais rica do que é um instrumento e como ele funciona em relação à agência e ao propósito humanos. Segundo, desenvolveu o caráter de dom dos Instrumentos de Comunhão e o colocou dentro de uma estrutura distintamente teológica. Terceiro, sugeriu um uso consistente dos "Instrumentos de Comunhão" em vez de "Instrumentos da Unidade", a fim de enfatizar uma dimensão relacional mais forte.

## 6.5 Rumo a uma harmonia mais profunda dos instrumentos

6.5.1 As reflexões acima trazem à tona a importância da recuperação de uma relação adequada e mais rica entre os Instrumentos de Comunhão. Não precisamos simplesmente de uma renovação do funcionamento dos Instrumentos de Comunhão; também precisamos de uma harmonia mais profunda entre os instrumentos de comunhão. De fato, essas duas abordagens são complementares. A renovação dos instrumentos requer uma renovação da comunhão e comunicação entre os instrumentos. Os dois são correlacionados. Esse fato surge quando são examinadas a história e as mudanças nos rumos dos quatro instrumentos de comunhão. O que pode ser observado às vezes é um espírito competitivo e tensões que frequentemente acabam em conflito aberto. Tais coisas podem ser sintomáticas de questões mais profundas; no entanto, isso simplesmente confirma a visão de que os Instrumentos de Comunhão são um teste decisivo do que está acontecendo na Comunhão Anglicana. Também significa que os

Instrumentos estão em uma posição única para recordar intencional e profeticamente a Comunhão ao seu verdadeiro propósito no reino de Deus. Nesse sentido, os Instrumentos são menos reativos e mais proativos em seu trabalho, não apenas respondendo, mas também antecipando. No entanto, isso requer um novo nível de cooperação entre si e com os propósitos de Deus. Por meio de um compromisso tão cooperativo com Deus e entre si, a Igreja poderá avançar para uma maior sinfonia dos Instrumentos de Comunhão.